



Retrocesso democrático

Degradação das políticas públicas da Educação Superior e Pós-graduação

Autores

Aristóteles Mesquita de Lima Netto

Maria Esperança Fernandes Carneiro

 Pedro & João
editores

**Retrocesso democrático:
degradação das políticas públicas
da Educação Superior e
Pós-graduação**



Pedro & João
editores

Aristóteles Mesquita de Lima Netto
Maria Esperança Fernandes Carneiro

**Retrocesso democrático:
degradação das políticas públicas
da Educação Superior e
Pós-graduação**




Pedro & João
editores

Copyright © Autor e autora

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor e da autora.

Aristóteles Mesquita de Lima Netto; Maria Esperança Fernandes Carneiro

Retrocesso democrático: degradação das políticas públicas da Educação Superior e Pós-graduação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 125p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0482-6 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526504826

1. Democracia. 2. Políticas públicas. 3. Educação no Ensino Superior. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Homenagem ao eterno Mestre, José Maria Baldino



Eu sinto cheiro de flores

O telefone tocou logo que entrei no consultório! Por sorte, não estava ocupado. Cada vez mais, isto é raro. Ora estou curtindo minha família ("Veca" e "Leozinho"), ora atendendo os pacientes no consultório, ora construindo pesquisas acadêmica, ora escrevendo artigos e ora respirando nos curtos intervalos de tempo entre tudo isto. Retirei o celular do bolso e atendi. Um fiel amigo estava do outro lado da linha. Foi uma satisfação falar com ele. Há tempos não o via. Imaginei que a rotina dele também estava bem confusa e com muitos afazeres. Depois de um rápido "papo", ele me pediu um favor - atender sua irmã que, segundo ele, estava passando por um grave problema. Sem ele saber, já estava com a agenda aberta na tela do meu computador. Pensei! Como eu a encaixaria? Os horários estavam tomados e, como me lembrava de todos os pacientes, percebi que nenhum tinha característica de "faltoso". Sem problemas, o pedido de um amigo é uma ordem. Outro dia escreverei o que significa uma real amizade. Abri um novo horário e sacrifiquei o meu almoço. Eu daria um jeito. Comeria alguma fruta e minha reserva de gordura venceria a falta de alimentação.

Texto enviado por José Maria Baldino aos alunos em 29/01/2015.

Apresentação

Este E-book resulta do estágio pós-doutoral em Educação do PPGE da PUC-GO, sob orientação da Prof.^a Maria Esperança Fernandes Carneiro. Este estudo tem como objetivo central explicitar o aparelhamento do Governo Bolsonaro (2019-2022), em destaque o MEC, com ênfase na busca da gestão federal em destruir os espaços de reflexão e enfreteamento que os PPGs representam historicamente no legado da redemocratização da nação. O foco investigativo desta pesquisa teve como premissa correlacionar a avaliação quadrienal e o adoecimento docente, como meio e produto de precarização dos espaços das instituições de educação. Como orientação epistemológica foi utilizado o materialismo histórico-dialético, por intermédio dos estudos de autores, como: Leher (2019); Freitas (2018; 2014); Seki (2021), dentre outros. Traz a análise das *LIVES*, no campo da avaliação quadrienal, considerando aquelas que tratam do adoecimento docente resultante das tensões vividas pela categoria professoral na contemporaneidade. Dentre os apontamentos de destaque deste estudo está o uso da alcunha “Escola Sem Partido” como ferramenta de propagação do neofascismo e plataforma de desmonte do estado democrático de direito.

Aristóteles Mesquita de Lima Netto

Sumário

Introdução	11
Capítulo I	15
O Desmonte Estrutural do MEC	
1.1 Globalização Desmonte Operacional	23
Capítulo II	59
A “Escola Sem Partido” Movimento e Projeto de Sociedade	
Capítulo III	77
Ministério da Educação - atuação de desconstrução da Educação	
3.1 Qualis: o terror da produção brasileira	
Capítulo IV	91
LIVES – Avaliação Quadrienal	
4.1 <i>Lives</i> – Adoecimento docente	98
Considerações Finais	107
Referências	113
Anexo	119

Introdução

A construção da escrita é processo permeado de tensões e contradições, e seu desenvolvimento deixa marcas, isto é, em função das horas e horas de pesquisa e estudo. Nesta escrita apresentamos um *E-BOOK* que resulta de estágio pós-doutoral em Educação, realizado na PUC-GO, linha de pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais, concluído por mim, Aristóteles Mesquita de Lima Netto, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Maria Esperança Fernandes Carneiro.

Para otimizar a compreensão e consequente interpretação do leitor, explicitaremos nos 4 capítulos que constam deste *e-book*, os resultados das investigações desenvolvidas no curso do estágio pós-doutoral supracitado, espaço de tempo no qual tivemos que vencer muitos obstáculos para que tais investigações fossem feitas. Considerando que a categoria professor, vivência ambiente laboral que enfrenta constantes constrangimentos, com grave sobrecarga destes, nos anos de 2019 a 2022, uma vez que têm sido vistos pelo atual governo como opositores.

Antes de iniciarmos os capítulos cabe destacar a historicidade que nos levou ao recorte experiencial metodológico utilizado na presente investigação.

Durante o ano de 2021, logo após a defesa da tese “*Adoecimento Dos Docentes De Pós-Graduação Stricto sensu - Um Estudo De Caso: As Influências Da Mercantilização Do Ensino Superior Nesse Adoecer*”, foram realizadas inúmeras tentativas para operacionalizar a devolutiva da pesquisa de doutoramento para a instituição e para os professores participantes. Contudo, não foi possível agendar uma data para tal devolutiva, assim, fomos pessoalmente à instituição e tentamos marcar um horário para a entrega da tese, como havia sido acertado durante o trabalho realizado.

Num segundo momento enviamos carta de agradecimento e o arquivo com a tese de doutoramento em sua íntegra, porém, como ocorrido na tentativa presencial, não conseguimos realizar momentos síncronos com os 21 participantes.

Estranhamos, pois, no decorrer da pesquisa, conseguimos entrevistas, participação ativa em questionários, bem como analisar os dados de afastamento profissional (atestados, licenças etc.). Todavia, as posteriores tentativas de contato com os mesmos professores/as nos mostraram sujeitos temerosos que não se sentiram capazes de participar.

De modo que nosso projeto de pós-doutoramento ficou inviabilizado, uma vez que a proposta foi de continuidade das questões levantadas durante o doutorado quanto a precariedade do trabalho docente e adoecimento na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, ou seja, diante da negativa de participação dos professores não pudemos retomar as questões levantadas. Os professores/as alegaram via *e-mails* estarem sofrendo processo de retaliação institucional por terem participado de pesquisas e por relatarem as reais condições de trabalho e adoecimento. Salientaram que qualquer avaliação feita por eles passou a ser entendida como crítica destrutiva pelos gestores. O receio dos professores/as e técnicos/as foi o acréscimo das punições já sofridas em avaliações que ocorreram bianualmente para a progressão da carreira docente.

Foi explicitado por eles que críticas construtivas realizadas num passado recente agora tinham se convertido em motivo para pedidos infundados de documentos, bem como em alegações de que os documentos para progressão estavam incorretos, gerando postergações para questões simples que passaram a dificultar a realização da reclassificação desses profissionais. Portanto, durante todo o ano de 2022 não participariam de qualquer pesquisa, uma vez que a instituição estava com profissionais nomeados como representantes do governo Bolsonaro. E que realmente não havia liberdade de expressão, nem tão pouco democracia na instituição. Informaram, ainda, que estavam novamente em processo de avaliação institucional interna para reclassificação, estando

intimidados em função de mais exigências despropositadas e desnecessárias que tinham o intuito de amedrontá-los. Segundo os professores/as, suas vozes têm sido silenciadas, principalmente no processo de avaliação institucional, já que vivenciaram ações punitivas decorrentes das entrevistas e questionários onde haviam discorrido sobre as condições de precariedade do trabalho, dado os cortes de recursos constantes do governo Bolsonaro. Assim, o receio de novas punições inviabilizou nossas pretensões de retomarmos e ampliarmos a pesquisa de nossa tese.

Diante dessa realidade vislumbramos a possibilidade de realizar pesquisa de cunho bibliográfica e levantamento das *LIVES* produzidas durante o período da pandemia, destacando 2020 e 2021, anos nos quais se intensificaram as denúncias do desmonte da educação pública, em geral, e da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em particular. Os eixos de investigação foram: “Avaliação Quadrienal” e “Adoecimento Docente”. Os levantamentos dessas *LIVES* objetivaram apresentar o histórico da luta dos professores/as e instituições de ensino superior públicas contra o desmonte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e o consequente adoecimento dos que atuam nesse nível do ensino superior, resgatando a sua voz.

Outrossim, para restabelecer o que foi proposto no projeto de pós-doutoramento reorganizamos nossas questões em uma perspectiva de recuperação, direcionando nossas ações para o levantamento de *LIVES* sobre os eixos: **AVALIAÇÃO QUADRIENAL** e **ADOCIMENTO DOCENTE**, visto que tais discussões são de livre acesso nas plataformas digitais.

Para além da decisão de tabular e analisar tais *LIVES* esteve a ótica de que a pandemia de COVID-19 trouxe sequelas que jamais serão esquecidas, uma delas, o genocídio indireto cometido pelo Governo Federal ao negar o estado pandêmico. A categoria professoral encontrou nos debates em *LIVES* uma das formas de esclarecer à comunidade científica a importância dos meios digitais como lugar de fala, e necessário, ao enfretamento dos desmandos governamentais, no que tange a gestão federal.

As avaliações quadrienais foram mantidas pela Capes em plena Pandemia enquanto foram feitos enormes cortes de recursos para as universidades públicas, de modo que essa foi a realidade daquele momento que escolhemos como espaço de análise, para esclarecer a realidade vivida pelos profissionais no campo educacional em pleno século XXI (período 2019-2022). Por fim, realizaremos os apontamentos conclusivos e críticos que chegamos após as reflexões oportunizadas pelo estágio em questão.

Capítulo I

O desmonte estrutural do Ministério da Educação (MEC)

Neste capítulo a nossa intenção é uma aproximação, uma abordagem buscando entender os ataques à educação/universidade/pós-graduação em tempos de governo Bolsonaro (01/01/2019 a 21/12/2021), de neoliberalismo, negacionismo científico, ambiental, da saúde e da Pandemia do COVID-19. O desmonte da educação precisa ser analisado como resultado de um projeto da classe dominante, e não como muitos meios de comunicação de massa vêm avaliando, ou seja, como desgoverno. Não há desgoverno, há, sim, premeditação, que pretendemos apreender em suas determinações constitutivas, nas relações sociais e, em particular, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, um dos seus alvos de agressão.

Para pensarmos as contradições desse período ponderamos ser pertinente buscarmos subsídio na Teoria Social de Marx que tem como objeto a sociedade burguesa em sua constituição e dinâmica nos permitindo decifrar a realidade, uma vez que não se contenta com a aparência e busca a essência. A Teoria Marxiana “toma a sociedade burguesa como uma totalidade (um todo), não como um conjunto de partes que se integram funcionalmente (um tudo)” (NETTO, 1987, p. 30), pois a analisa como um sistema de relações articuladas, contraditórias e dinâmicas.

Configura-se, portanto, uma economia/sociedade em que a organização da produção tem por fundamento a reprodução/sociabilidade do capital sendo a fração hegemônica a do capital financeiro e cuja estratégia de expansão tem o ultraneoliberalismo como modelo econômico centralizado na civilização urbano-industrial globalizada.

Nesta busca entendemos os ataques criminosos à educação/universidade/pós-graduação centro de produção de ciência e tecnologia do nosso país, que tem por traço específico brasileiro atingir as instituições públicas de pesquisa como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) dentre outros, fazendo parte de um todo de extrema importância, pois, é produtor de ciência e tecnologia. A desvalorização e desqualificação operadas pela classe dominante no governo bolsonarista sob a narrativa de “guerra cultural” contra o marxismo faz parte do projeto de desmonte da educação pública em todos os níveis. Leher (2019, p.8) afirma que para o governo Bolsonaro e para a burguesia brasileira

o que as universidades fazem não tem nenhuma relevância. A rigor, zombam da ciência feita no Brasil não por desconhecimento, mas por projeto, por interesse de classe. Os professores, os estudantes universitários e os cientistas não estão sozinhos nesses infortúnios. É toda a educação pública que está em jogo. E é toda a área de cultura que não se coaduna com a autocracia em processo.

Essa guerra anti-ciência e tecnologia arquitetada e colocada em ações de decomposição, desarticulação e desconstrução da educação nacional se concretizam em ataques que atingem o corte orçamentário, implicam no corte de bolsas, os dados do Currículo Lattes, bem como do acervo histórico, da produção científica brasileira, e à avaliação quadrienal das pós-graduações, chegando ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porta de entrada para a universidade, ou seja, ataques ideológicos que colocam a comunidade acadêmica como inepta para a escolha de seus dirigentes e para a continuação de seu propósito.

É determinante apontar o movimento ultraliberal que foi orquestrado antes da realidade atual, pois o movimento que chegou ao Golpe Civil de 2016 detinha toda estruturação pautada no suporte financeiro e político da Escola de Chicago. Assim, o modelo *Chicago Boys*, em que o “superministro da economia” Paulo Guedes, proprietário do Banco Pactual, aliado a outros líderes de

instituições financeiras nacionais, se pautou, arquitetou o cenário que nos fez chegar ao atual desmonte do estado de direito no Governo Bolsonaro.

Constituiu-se um verdadeiro pesadelo o neoliberalismo/bolsonarismo, onde a cada dia temos atos de desestruturação das políticas públicas, uma vez que, como alerta Freitas (2018, p. 14,15) o que “chamou nossa atenção [...] [no neoliberalismo foi] o lado das reformas econômicas e seus impactos, retirando a nossa atenção do lado obscuro do neoliberalismo – sua ligação política com os conservadores, seu significado ideológico e os métodos pelos quais se propaga e resiste”. Para a burguesia financeira a democracia é apenas “desejável”, constituiu-se a “nova direita” que, associada a outras vertentes políticas, organizou com apoio jurídico, parlamentar e midiático o golpe de 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff por dentro da “democracia liberal”, corroendo suas instituições (FREITAS, 2018).

A Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como teto dos gastos públicos, impõe um novo regime fiscal e institui o estado mínimo para o social, saúde, educação e máximo para o capital. Fazem parte dessa política de governo o ataque e a corrosão das instituições como universidades públicas e Pós-Graduações que estão sendo vitimadas desde o golpe de 2016. É essa a realidade de desmanche das políticas públicas e ações sociais planejadas pela classe dominante que constituem projeto econômico e político, e que se inscrevem, segundo Leher (2019), em premissas básicas que parecem se caracterizar no irracionalismo e fundamentalismo, mas fazem parte do projeto autocrático¹ da burguesia.

Recorremos dentre as diversas reflexões sobre essa problemática da recolonização brasileira a análise imprescindível

¹ Aborda a interpretação do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes acerca da formação sócio-histórica do Brasil objetivando debater sua atualidade para a compreensão socioeconômica e política do Brasil contemporâneo, com destaque para o golpe de Estado de 2016. Conclui-se que o capitalismo dependente das combinações entre autocracia burguesa e democracia de cooptação que seguem vigentes na realidade brasileira.

de Leher (2019) e transcrevemos literalmente suas premissas básicas, dado a clareza, a importância e a abrangência de seu estudo que apresentamos a seguir:

Quadro 1. Análise das premissas em Leher (2019)

	Premissa Leher	Análise
1	<p>O presidente está atuando para desconstituir os nichos de inteligência do aparato do Estado, removendo instâncias e protocolos técnicos e científicos indispensáveis para a tomada de decisões com base no conhecimento científico. Uma pequena lista de aparatos atingidos permite vislumbrar o alcance dessas investidas: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas; Conselho Nacional do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Comitê de Compensação Ambiental Federal; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Cinema; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia; Fundação Nacional do Índio; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e Petrobras. E, ainda, a extinção ou redefinição da maioria dos conselhos e órgãos colegiados vinculados ao Executivo, o sufocamento orçamentário do CNPq, Finep, Capes e das universidades e institutos de</p>	<p>Conforme os apontamentos do autor é visível as atrocidades e o desmonte de 70 anos de conquistas duramente atingidas. Se faz tão gritante a complexidade da desconstrução dos avanços de órgãos e comitês regulatórios, que até instituições e institutos criados na Ditadura Militar foram e estão sendo extinguidos e/ou esvaziados. Assim, nota-se um desmonte organizado e planejado, visto que existe um projeto econômico que objetiva privatizar todas as estruturas do Estado Nacional. Logo, observa-se um viés autocrático, com ênfase em destituir a independência da nação, e entregar as riquezas e acessos aos bens primários ao capital externo.</p>

	<p>educação tecnológica, sem esquecer o fato da nomeação de reitores que não foram os escolhidos por suas comunidades, e a queda vertiginosa dos orçamentos dos institutos de pesquisas vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, acrescida do intento de suspender os concursos para a contratação de novos servidores públicos a partir de 2020, situação agravada em virtude da corrida às aposentadorias decorrentes da contrarreforma da Previdência. O rol de instituições e instâncias coligidas confirmam esse processo de reversão da complexificação de estruturas do Estado erigidas desde 1950.</p>	
2	<p>As medidas econômicas dirigidas pelo topo do bloco no poder aprofundam a simplificação tecnológica (em termos de pesquisa e desenvolvimento) das cadeias produtivas no Brasil, ao mesmo tempo que a indústria 4.0 ganha novas dimensões nos países do núcleo central. Esse quadro projeta rápido encolhimento do trabalho complexo no Brasil, inclusive na área de petróleo e gás, com a cessão onerosa com fragmentação de operações e desnacionalização dos operadores e, ainda, a venda de refinarias e o desmonte da indústria naval, medidas que, em conjunto, aceleram a desindustrialização, sem a contrapartida de avanço no setor de serviço de alta complexidade, que, ao contrário, é cada vez mais dependente de importações. O crescimento do agronegócio, a expansão dos rebanhos, as novas fronteiras para as mineradoras e o lucro pujante dos</p>	<p>O conceito 4.0 representa o movimento de inovação e tecnologia como cortina de ferro perante as privatizações que representam a venda da nação brasileira, onde conceitos como ‘concessões’, são deturpações para entrega das riquezas do Brasil para os grandes conglomerados. Cabe destacar que o movimento de fixar as importações nada mais é que um retorno ao processo da industrialização inglesa do século XIX que objetivou extinguir a escravidão unicamente para ter mercado consumidor. Assim, segmentos de expandir com a acunha 4.0, por exemplo, na agropecuária, corresponde à utilização dos bens primários para explorar (terras, animais</p>

	bancos, concomitantemente, permitem amalgamar esses segmentos do bloco no poder ao governo que lhe serve.	e outros) e processar estes, para, posteriormente à manufatura, vender o produto remasterizado aos produtores. Dessa forma o ciclo continua, e a colonização do Brasil 4.0 segue a vento e polpa.
3	As transformações estruturais na economia, desindustrialização, terceirizações, trabalho intermitente, turbinados pela reforma trabalhista, corroboram que a educação mercantil pode seguir sendo o eixo das políticas para a educação superior no Brasil. As organizações privadas representam 88% do total das instituições de ensino superior, com mais de 75% das matrículas, e 57% dos estudantes frequentam corporações sob controle financeiro. O Censo da Educação Superior do Inep de 2018 confirma que a maior parte das novas vagas no país já é de cursos \ distância, igualmente sob o controle de um pequeno grupo de fundos de investimentos que detém aproximadamente 65% do total das matrículas na modalidade.	Antecedente à pandemia pela COVID-19 a realidade já se fazia nebulosa quanto ao desmonte da educação laica e pública. Como ocorrido e vigente nos centros do neoliberalismo, com destaque para Estados Unidos, Alemanha e Japão, a replicação no Brasil está em curso, via processo de ensino-aprendizagem concentrado e direcionado a produzir mão de obra para o capital, onde a dinâmica está em criar um loteamento de vagas e uma redistribuição para uma reserva de mercado. Assim, com o fim das relações de trabalho, pessoa física perante jurídica, o jurídico (fictício, pós-reforma das leis trabalhistas) com o jurídico (empresarial) representam as perdas dos direitos trabalhistas conquistados por meio de mortes e torturas vividas por lideranças sindicais e pela classe trabalhadora nos últimos 100 anos em nossa nação.
4	Não há incompatibilidade e conflito explícito das medidas de esvaziamento da inteligência de estruturas do Estado	O problema, na verdade, não é uma complexidade, mas um modo de instaurar a

	<p>com o bloco no poder. Todas as principais frações burguesas apoiam a Emenda Constitucional n. 95/2016, que impõe uma lei de ferro sobre os aparatos que incorporam inteligência no Estado, sobretudo universidades, institutos de pesquisa e aparatos de ciência e tecnologia, conformando, por meio do estrangulamento econômico, a força material da ideologia.</p>	<p>desativação dos órgãos e instituições regulatórias frente aos direitos do cidadão brasileiro. Os principais fatos são comprovados na refutação das listas tríplices nas Universidades Federais, como o episódio ocorrido no primeiro mês de 2022, onde a reitoria da UFG, eleita pela classe, foi tirada a fôrceps da gestão pelo imperativo da Gestão do MEC.</p>
5	<p>O bolsonarismo representado pelo núcleo ideológico – ministérios da Educação; Relações Exteriores; Meio Ambiente; Mulher, Família e Direitos Humanos – imbuído das fábulas do dito guru familiar está impregnado da crença de que possui a missão de realizar uma cruzada de combate ao “marxismo cultural”, o que o coloca em confronto aberto com os princípios constitucionais relativos aos direitos fundamentais e aos princípios que regem a educação e a ciência no Brasil. Escolas cívico-militares (Decreto n. 9.465, de 2 de janeiro de 2019), o intento de retirar de Paulo Freire o título de patrono da educação brasileira, a censura à dita ideologia de gênero, a tentativa de conferir às universidades uma função tecnocrática e utilitarista (Future-se),⁴ desvinculada das ciências sociais e das humanidades, são novas feições da autocracia burguesa no Brasil de hoje.</p>	<p>Autocracia é o principal termo para denominar o cenário da Gestão Bolsonaro. Dentre as reflexões de Leher (2019) é pertinente destacar o estado de ódio constituído das vertentes histórico/dialéticas. Mas é de fácil compreensão tal movimento, pois doutrinas imperadas em escolas cívicos militares são direcionadas para constituir uma população alienada e submissa a ditadores e megalomaníacos, assim, com tal contexto, eliminam-se ideias de reflexão e de contraditório, isto é, ao excluir Paulo Freire como patrono, exclui-se a história da igualdade e da liberdade do povo brasileiro.</p>
6	<p>A confluência das classes dominantes com o governo as coloca em linha com as ideologias que o estruturam. Embora pareça rude para alguns</p>	<p>Aparelhar o sistema é um processo historicamente realizado por gestores de extrema-direita quando</p>

	<p>poucos constrangidos, essa aliança as tornam coniventes com a política de afastamento da juventude expropriada e explorada da influência secular, laica e iluminista das universidades públicas. De fato, o apoio do bloco no poder ao governo é um incentivo à desconstituição de qualquer medida em prol da redução das desigualdades sociais e educacionais, especialmente a consolidação da ampliação da obrigatoriedade escolar, somente possível com a reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, responsabilizando a União por um percentual mais alentado do que os 10% atuais, passando para, pelo menos, 40% do total, medida considerada inaceitável pelo ministro da Educação. A Lei de Cotas, um alvo dos segmentos médios que o apoiam, é ressignificada pelo governo como <i>coitadismo</i>. Até o que as bancadas parlamentares de centro-direita reivindicam como positivo, a ampliação das universidades e institutos federais, está inviabilizada pelos draconianos cortes orçamentários e contingenciamento de recursos decorrente da referida EC 95, elaborada justamente pelas frações financeiras dominantes.</p>	<p>objetivam perpetuarem-se no poder e instaurar possíveis ditaduras civis. O cenário descrito por Leher (2019) compete a estruturação do desmonte via cortes orçamentários para segmentos educacionais, com isso enfraquece-se o aparato dos centros de ensino público, até estancar e extinguir os espaços reflexivos de debate. Neste movimento, a juventude será ceifada da construção cognitiva dos direitos e deveres sociais e políticos, ficando restrita às imposições ideológicas das plataformas de extrema-direita e dos ditos “centro-direita”, que não são nada mais que os tentáculos neoliberais das multinacionais do capital estrangeiro.</p>
7	<p>A crença de que os militares seriam uma força racionalista capaz de reverter as tendências ideológicas fundamentalistas não está se confirmando: ou foram demitidos dos postos-chave do MEC, ou dirigem estruturas desidratadas orçamentariamente e estão sofrendo forte deslegitimação política e</p>	<p>E por conclusão Leher (2019) enfatiza o já esperado quanto à doutrina ultraliberal, que colocou no poder um fantoche como o atual presidente da república. Os militares, vistos inicialmente como premissa de doutrina, já foram renegados no aparelhamento</p>

	simbólica, excetuando-se os segmentos militares provenientes da direita associados à área de segurança interna e ao setor de infraestrutura.	da atual gestão federal. Assim, o projeto <i>Chicago Boys</i> é fielmente operado, ou seja, ao termos um representante legal que entrega a nação brasileira nas mãos dos conglomerados internacionais.
--	--	--

Fonte: Leher (2019 – grifos nossos).

A globalização no Brasil, desde o governo Bolsonaro configurou-se como processo de recolonização com um dos *Chicago Boys*, o então Ministro da Economia Paulo Guedes, que vem operando fielmente a entrega da nação brasileira nas mãos dos conglomerados internacionais, prioritariamente norte-americano.

1.1 Globalização - Desmonte Operacional: a dança das cadeiras no ME

Ponto de destaque diz respeito às transformações advindas e impostas pela globalização. Kjeld A. Jakobsen (2000) enfatiza que o processo de acumulação é realizado com o concurso da ciência, da tecnologia, da informática, comunicação e logística que configuram meios para que uma nação se torne soberana. Contudo, assim como os portugueses nos colonizaram, na contemporaneidade, estamos sendo recolonizados desde o governo Bolsonaro, que desmontou a produção da ciência e da tecnologia com cortes drásticos de recursos, bem como entregou as instituições educacionais a pessoas sem a formação necessária, além de tentar a privatização das Universidades públicas, imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer nação.

O cenário de desmonte da nação adentrou o início de 2020, apontando para o desastre que já se fazia nítido, isto é, com Bolsonaro e seus ministros no comando do país. Para piorar o que já estava caótico a população brasileira se viu submersa em uma pandemia de nível devastador que vem ceifando vidas desde

março do mesmo ano, ao passo que ao final de março de 2021 a pandemia chegou a matar mais de 4 mil pessoas por dia neste país. Logo, o que já estava dominado pelo desmonte foi impulsionado por um movimento simplista de nomear a COVID-19 como “gripezinha” sem importância, para a qual bastaria ter um “histórico de atleta” para superar, pois, para o governo em questão, este era o biótipo capaz de vencer o vírus que já vinha devastando outros países (China, Itália).

O Jornal GGN (O jornal de todos os Brasis), em 21 de março de 2021, trouxe a matéria *Coronavírus: propagação no Brasil foi intencional* que, com base em pesquisadores da USP, em entrevista dada por Deisy Ventura, Professora Titular da Faculdade de Saúde Pública da USP, em artigo, afirma que: “[...]a resposta do governo pode constituir ataque generalizado à população civil e crime contra a humanidade”. Assim,

Não se trata de erro nem omissão do Governo Federal. Existe uma estratégia de propagação da Covid-19 no Brasil, implementada sob a liderança do presidente da República, como demonstramos em estudo publicado em janeiro de 2021, resultado de investigação do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da USP, em parceria com a ‘Conectas Direitos Humanos’, diz Deisy Ventura, professora titular da Faculdade de Saúde Pública da USP, em artigo assinado ao lado de Fernando Aith, diretor do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) e professor titular da Faculdade de Saúde Pública da USP e Rossana Reis, professora do Departamento de Ciência Política da USP.

Segundo a Agência Senado, o agravamento da situação sanitária no país levou à instalação da CPI da Covid, em 13 de abril de 2021 (CASTRO, 2021), requisitada por minoria parlamentar de 33 senadores, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal, meio que oferece um caminho de investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e do colapso da saúde no estado do Amazonas no início desse mesmo ano.

A qualidade de vida dos brasileiros foi afetada negativamente pela Pandemia do Covid 19, sobretudo pela omissão do governo na gestão negacionista acerca desse problema, qualidade agravada,

ainda, pelo desemprego, pela desregulamentação e pela precarização do trabalho, bem como pela prevalência de baixos salários que assolaram os trabalhadores, dentre eles os da educação.

Neste âmbito, Brzezinski (1996, p. 110) entende que

O conceito de qualidade passou a ter ressonância nos discursos, por volta dos anos oitenta, quando surgiu a expressão ‘qualidade de vida’ no contexto das denúncias dos intelectuais que se investiam contra resultados da produtividade, efetividade e eficiência cultuados pela sociedade ocidental. Esses resultados levam à deterioração das condições de vida do homem e de seu meio ambiente.

No tocante, como destacado acima, o ambiente é determinante para se obter os fatores mínimos para a qualidade de vida. Todavia, o contexto experienciado pelos professores da *stricto sensu* já vinha sofrendo pressões contínuas de aumento de metas e produtividade a serem cumpridas e, com a pandemia, essa má qualidade de vida que já existia se intensificou para esses profissionais. Acerca do contexto exposto, Brzezinski (1996, p. 127) complementa:

Para além do discurso acerca da sociedade do conhecimento e da qualidade total dos que reeditam a teoria do capital humana sob a versão ‘modernizante’ do neoliberalismo, mobilizam-se os educadores que lutam pela sua profissionalização e pela conquista da cidadania para todos os brasileiros, como tarefa já assumida pelas associações de classe, científicas, sindicais e estudantis que acreditam que as ideias e ações movem o mundo.

Assim, com a atual gestão federal é notória a impossibilidade de se alcançar qualidade social, pelo contrário, o impositivo da governança detém o foco em construir ambiente de sofrimento no que diz respeito aos espaços escolares. Logo, mesmo com a conclusão da tese de doutorado, a inquietude do momento pelo qual passa toda a sociedade brasileira fez emergir o interesse em interpretar e analisar o que seria o agravamento das condições de trabalho dos adoecidos docentes da pós-graduação *stricto sensu*, relacionado com as exigências ilógicas das avaliações quadrienais. Procuramos concretamente a respectiva indagação: “Como na contemporaneidade encontra-se a luta dos professores/as de

instituições de ensino superior públicas contra o desmonte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e os possíveis reflexos, que podem desencadear quadros de adoecimento profissional e/ou afloramento de quadros clínicos pré-existentes devido ao desmonte da educação brasileira?”

Tal problematização se pauta na desconstrução operacionalizada no Ministério da Educação (ME), pois, na conjuntura, ao nomear ministros e presidentes criacionistas para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES como pseudo matriz orientadora, já se mostra a intencionalidade de Bolsonaro em construir um cenário de terra arrasada, visando desarticular a categoria professoral, considerando que os educadores são, por natureza, seus principais opositores e confrontadores.

A desorganização em curso no ME, bem como os discursos e ações polêmicas de ministros levaram a constantes situações de denúncias e a exoneração de profissionais. Constatamos a díade entre 2 (dois) projetos para o país no que tange a educação brasileira, a saber: de um lado temos o projeto debatido e instituído a partir da Constituição Federal Cidadã de 1988, que levou a promulgação da LDB 9.394/96 e definiu a educação como bem social, exige a valorização dos educadores, acesso à educação básica pública a todos/as, sem qualquer distinção, valorização da ciência e a tecnologia, e um segundo projeto de mercantilização via privatização.

Langevin-Wallon (2007), na França do pós-guerra (1946), enfatizou a urgência de investimentos no ensino público de qualidade para todos como o caminho democrático de construção da cidadania, contudo, o capitalismo deturpou e corrompeu tal proposta, com a defesa e imposição da privatização. No Brasil não tem sido diferente com governos neoliberais, pois a tática dos gestores das políticas neoliberais tem sido, num primeiro momento, desorganizar o serviço público desqualificando-o, inviabilizando o atendimento satisfatório do seu público e, num segundo, propagar um discurso da ineficiência do estado e mentir

sobre o desempenho do setor privado, criando qualidades fictícias como: maiores condições de celeridade, agilidade e desburocratização, menores preços na prestação de serviços, dado a concorrência e a competitividade.

Os neoliberais esquecem de alardear a finalidade do capitalismo que busca lucro incessantemente, viabilizado pelo aumento da produtividade do trabalho que significa maior exploração da força de trabalho, como uma forma de preservação das prerrogativas das classes dominantes, tendo por objetivos: a manutenção das divisões de classes e a perpetuação da educação alienadora.

Além do mais, eles também esquecem de explicitar que os fundos públicos são constantemente disputados por eles com a intencionalidade de disponibilizá-los para a apropriação privada, ou seja, na realidade, o brado dos neoliberais por menos estado só existe no que tange os investimentos sociais, pois, na prática, querem o máximo para o capital.

Assim, o projeto neoliberal intensifica suas ações para privatizar todos os espaços públicos, isto é, os centros/núcleos de pesquisa já existentes, sendo que para aqueles que não se dobram, que não forem dominados a proposta é a sua extinção. Tal projeto, atualmente, fundamenta-se na premissa da classe dominante e Leher (2019) faz a leitura das proposições dessa classe social de que é mais barato comprar/importar ciência e tecnologia pronta, portanto, não há necessidade de investimentos em educação de qualidade para a produção de ciência. O que não é de se espantar, uma vez que muitos ministros do governo Bolsonaro são guiados pelo ideal criacionista, que por incrível que seja, contrapõe-se à visão científica do homem. Chegam a absurdos como o retorno conceitual, em pleno século XXI, de que a estrutura geográfica da Terra é plana (vertente terraplanista). Esse processo é o da recolonização do país.

Uma das comprovações que corroboram com tais apontamentos, reside no fato de que desde que Bolsonaro assumiu a presidência da nação, em 1º de janeiro de 2019, passaram, como

mostra o quadro abaixo, um número expressivo de Ministros no Ministério da Educação - ME e Presidentes na CAPES:

Quadro 2. Levantamento do Portal MEC

Temporalidade Governo Bolsonaro nos Principais Cargos de Gestão da Educação (2019-atualmente)			
Presidências	Gestor	Entrada	Saída
Ministério da Educação	Ricardo Vélez Rodríguez	1 jan. 2019	8 abr. 2019
	Abraham Weintraub	9 abr. 2019	19 jun. 2020
	Carlos Decotelli (não tomou posse)	-	-
	Milton Ribeiro	16 jul. 2020	30 mar. 2022
	Victor Goday Veiga	30 mar. 2022	31 dez. 2022
Presidente INEP	Marcus Vinicius Rodrigues	22 jan. 2019	26 mar. 2019
	Elmer Coelho Vicenzi	29 abr. 2019	16 mai. 2019
	Alexandre Ribeiro Pereira Lopes	17 mai. 2019	26 fev. 2021
	Danilo Dupas Ribeiro	27 fev. 2021	27 jul. 2022
	Carlos Eduardo Moreno Sampaio	27 jul. 2022	31 dez. 2022
Presidente CAPES	Anderson Ribeiro Correia	22 jan. 2019	16 dez. 2019
	Benedito Guimarães Aguiar Neto	27 jan. 2020	12 abr. 2021
	Cláudia Mansini Queda de Toledo	15 abr. 2021	31 dez. 2022

Fonte: Adaptado, MEC (2021).

Como visto, a situação é de tamanha desestruturação que foi preciso construir um quadro (1) para sistematizar e, conseqüentemente, tentar entender as constantes substituições de ministros e presidentes de importantes instituições, principalmente da educação, que ocorreram nesses em apenas 27 meses de governo do presidente Bolsonaro. Ou seja, uma dança das cadeiras que tornou necessário analisar as principais ações, e/ou desmonte da educação na administração do ME de cada ministro na Gestão Bolsonaro (2019-2022).

Assim, para desvelar o contexto de desmonte operacionalizado durante a gestão de cada ministro frente ao MEC

é pertinente apresentar como as disputas internas de poder entre os núcleos bolsonarista emergiram, principalmente, entre dois grupos: os olavistas e a ala militar. Esses grupos influenciam as indicações e/ou nomeações para o poder executivo, assim como as exonerações de ministros na pasta em questão.

De um lado temos o grupo Olavista, que representa a ala que se apropria da doutrina do Curso On-line de Filosofia (COF), curso que Olavo de Carvalho criou pela sua dita inteligência autodidata, o que comprova ausência de teor científico em suas teses. De modo que a ala que é denominada Olavista representa os seguidores de um viés de direita conservadora sem base real em qualquer epistemologia no âmbito das ciências políticas. No outro lado da disputa pelo poder dentro do MEC, na gestão Bolsonaro, temos a “ala militar”. Ala que tem como nomes que perpassam e fazem sua frente os militares: Ricardo Augusto Ribeiro Souza, Paulo Maurício Jaborany de Matos Dourado, Carlos Minelli de Sá e Marcelo Mendonça. Esses militares, desde o início da gestão Bolsonaro, transitaram entre ter e não ter cargo, assim, quando algum ministro no MEC era olavista, estes os afastavam ou reduziam seus poderes, momento no qual as tensões e consequentes quedas de ministros ocorriam.

De acordo com Salomão (2022), a conjuntura do governo Bolsonaro pode ser considerada como neofacista devido aos comportamentos que tal gestão imprime na condução dos assuntos da sociedade brasileira, propagando ódio e operando a divisão do país. A vertente explicitada acima, neofacista, segundo Gransci (1979) que analisa a sociedade capitalista, nos mostra que a burguesia, em determinadas fases da história, elege representantes populistas como o atual presidente da república do Brasil, que possuem uma visão de mundo de ideologia fascista. Assim, prevalece o elitismo que está relacionado com a eliminação dos direitos constitucionais já estabelecidos dos trabalhadores, visto que as tensões entre as forças ideológicas competem entre alas e tencionam o domínio como vem acontecendo com os ministros da educação frente ao MEC.

Para elucidar tal cenário, Salomão (2022, p. 22) destaca que

As palestras de Weintraub estão recheadas de comparações entre o nazismo e o fascismo italiano com o que ele intitula ‘dominação da esquerda totalitária’. De nossa parte, convém tecer dois comentários. Primeiramente, seria demasiado ingênuo acreditar que um movimento político que almeje crescer e se espalhar pela sociedade assumiria ser fascista ou se inspirar em lideranças como Hitler e Mussolini. Dito de outra forma, dada a derrota do nazismo e do fascismo em termos políticos, mas também no imaginário popular, sua reivindicação seria desastrosa para qualquer movimento. Portanto, é mais vantajoso em termos políticos comparar seu adversário com o fascismo do que se assumir fascista. Assim, uma compreensão enviesada, nem historicamente fundamentada e nem cientificamente rigorosa, é manifestada pelos bolsonaristas.

Os apontamentos de Salomão (2022) materializam a dinâmica dos dois blocos claramente compostos, situação que complica um ministério que já possui tantos influenciadores, como já mencionado, pois ainda existe o grupo familiar do clã Bolsonaro, grupo composto pelos filhos do presidente e por sua esposa Michele. A família é alvo de denúncias, a exemplo, de ser responsável por nortear nomeações, ações e até demissões no MEC, segundo a sua própria conveniência.

Para trazer uma compreensão visual, destacamos abaixo pirâmide construída a partir do cenário ideológico que tais grupos trazem em suas correntes, ações e discursos:

Figura 1. Diagrama da distribuição piramidal dos agentes em três posições sociais



Fonte: Salomão (2022).

A pirâmide representa o movimento idealizado por esses grupos como o cenário que o projeto de governo bolsonarista estrutura nesses quase 4 anos de gestão. As elites de oligarcas versus os comunistas, isto é, estes últimos sendo a criação do inimigo imaginário a ser combatido principalmente nas universidades públicas. A criação de um inimigo imaginário faz parte da estratégia fascista como apelo à união da população contra um mal comum. É nessa visão de combate ao inimigo que surge a “guerra cultural” contra o marxismo cultural, ou melhor dizendo, estratégia construída para justificar os cortes de verbas públicas para as Universidades e Institutos Federais de Educação (IFEs) no desmonte da educação pública. Logo, o MEC é utilizado como ferramenta de desmonte frente à programas de redistribuição de renda, como PROUNI, FIES, entre outros. Ao criar condicionalidades e restringir o acesso da população da base da pirâmide, o governo aumenta exponencialmente as desigualdades sociais. Nesta dinâmica, Cavalcante (2021) explicita que os seguidores e apoiadores da pré-campanha a reeleição de Bolsonaro são componentes da classe média, cujo perfil é majoritariamente de homens brancos. Outro elemento que corrobora com o perfil

ideológico é a intencionalidade de aumentar a opressão frente à massa empobrecida.

Neste âmbito Cavalcante (2021, p. 15) destaca que

[...] um governo que combina o negacionismo e informações deliberadamente falsas com um uso seletivo da própria ciência na medida (e tão somente na medida) em que ela possa provocar a privatização do cuidado nas famílias e a normalização das pessoas e de corpos ‘não saudáveis’ que se deixam morrer.

Assim, fica evidente que o fanatismo ao “mito” representa um movimento velado no entendimento acerca do estado de direito, quanto da seletividade em que a parcela da sociedade imprime a temáticas de extrema influência em questões básicas, como a proteção a vida. Cenário no qual a privatização dos acessos básicos e o descaso perante a pandemia de COVID-19, representam a maximização do atual governo na destruição do bem-estar social da saúde pública e do Sistema Único de Saúde (SUS). O bolsonaristas, ao apoiarem um governante que desacredita a ciência, tornam difícil a busca por diálogo com contrários, visto que atenuam as falas graves e atos do atual presidente ao imitarem os comportamentos descabidos de Bolsonaro e ridicularizarem as pessoas com insuficiência respiratória, também imitando-as, no auge da pandemia em suas *LIVES* e entrevistas em meios de comunicação.

Ainda sobre tal problemática Cavalcante (2021, p. 14) explicita que

Ao atingir os primeiros brasileiros e o território nacional, o vírus não apenas encontrou Jair Bolsonaro na presidência, mas um país em que um movimento reacionário de massa, com apoio de frações burguesas, corroía por dentro instituições essenciais para um combate humanitário da pandemia. Procurei desenvolver neste artigo que o cenário propício ao aumento das mortes pelo uso do negacionismo científico é socialmente sólido justamente porque se formou a partir de investidas em prol da purificação da política, da economia e da nação. Esse movimento reacionário, quando iniciado e socialmente enraizado, pode ultrapassar pontos de não-retorno, nos grupos sociais e nas instituições do Estado, e tornar difícil a resolução de conflitos de forma pacífica.

A passagem acima elucida a influência negativa que o negacionismo imprimiu e imprimi à sociedade brasileira, movimento que no eixo da educação já apresenta sequelas, visto os cortes de recursos básicos como de energia, água, *internet*, em instituições geridas pelo MEC. Com a dinâmica de tumulto bolsonarista, o caos instaurado desarticula a interação entre os ministérios, conseqüentemente, os prejuízos são direcionados à população, em especial, às de classes sociais menos favorecidas. A vacina, principal antídoto para o vírus da Covid 19 que chegou a matar 4000 pessoas por dia, foi disputada politicamente pelo governo Bolsonaro que, apesar de todo o negacionismo propagandeado nos meios de comunicação, fez com que o Ministro da Saúde a época, Pazzuello, anunciasse o início do programa de vacinação, ainda que tenha sido o governador de São Paulo, João Dória, quem enfrentou o presidente Bolsonaro e produziu a vacina CoronaVac no Instituto Butantan.

E como exemplificação do ambiente tóxico e tumultuoso Gaspar (2021, p.1) descreve que

Enquanto Doria comemorava sua vitória em São Paulo, Pazuello reclamava no Rio de Janeiro. Acusou o governador de fazer um golpe de marketing por ter usado de forma ilegal a vacina já comprada pelo Ministério da Saúde. Ele anunciou: 'O Ministério da Saúde tem em mãos, neste instante, as vacinas tanto do Butantan quanto da AstraZeneca. E nós poderíamos, num ato simbólico, ou numa jogada de marketing, iniciar a primeira dose em uma pessoa. Mas em respeito a todos os governadores, prefeitos e todos os brasileiros, o Ministério da Saúde não fará isso. Não faremos uma jogada de marketing.' Na tentativa de recuperar pelo menos um pouco do tempo perdido, na manhã seguinte, às 7 horas, Pazuello recebeu dez governadores no galpão do Ministério da Saúde no aeroporto de Guarulhos para um ato simbólico de entrega das doses da CoronaVac. Ao final de dois dias, entre atrasos e confusões, todas as vacinas acabaram chegando a seus destinos.

Gaspar (2021) descreve um dos recorrentes episódios ilógicos e insanos que ocorreram no auge da pandemia. De forma absurda, com centenas de vidas sendo ceifadas no Brasil e no mundo, as mesmas infundáveis cerimônias de inauguração de monumentos

ocorriam em plena pandemia mundial, demonstrando que o *marketing* de políticos populistas estava acima da proteção à vida da população. Fato que reforça os apontamentos de Cavalcante (2021) de que as classes menos favorecidas, independente da necessidade, são reféns do poder e das canetadas dos governantes que utilizam a máquina de governo que, para favorecer e comercializar sua imagem, colocam em risco a saúde das pessoas, ainda que tais ações tenham consequências graves para toda a população.

E para deixar ainda mais crédula a reflexão, Gaspar (2021, p.1) resume os acontecimentos, a *Via Crucis* brasileira até a chegada da vacina:

Nocautado por uma derrota pública, Bolsonaro ficou calado. Foi incapaz de uma palavra de otimismo sobre o início da vacinação. Só no dia seguinte à vacinação de Calazans, o presidente comentou o assunto. Em fala gravada em vídeo por apoiadores, começou com um ato falho. 'Apesar da vacina...', disse, para corrigir-se em seguida: 'Apesar não, né? A Anvisa aprovou, não tem o que discutir mais.' Depois de garantir que o governo compraria as vacinas disponíveis no mercado, o presidente, que passou meses chamando o imunizante do Butantan de 'vacina chinesa do Doria', fez a seguinte afirmação: 'E a vacina é do Brasil, não é de nenhum governador, não, é do Brasil.' Apesar de Bolsonaro, a vacina é do Brasil, aonde chegou no dia em que o país atingiu a marca de 209 847 mortos.

O mais complexo é observar que naquele momento, com mais de 200 mil mortos, o cenário de piadas ainda era recorrente, e o descaso transcendeu os limites da nação, pois o governo conseguiu estabelecer um conflito com a China, o nosso maior comprador de produtos, e fornecedor dos insumos para produção de vacinas no Brasil. Tal situação foi criada sem nenhuma causa palpável, ou seja, por uma inoportuna fala de Bolsonaro, ao criticar o estado nacionalista chinês, tensões foram geradas. Assim, um problema de falta de diplomacia foi criado e se tornou real, eclodindo e se convertendo em um problema de política internacional. Obviamente que esse movimento não foi ao acaso, mas, sim, uma ocorrência recorrente na gestão da nossa nação onde conversas são

jogadas com intencionalidades diversas para tirar o foco dos reais problemas, no caso, o debate da pandemia.

A partir das reflexões de Salomão (2022) e Cavalcante (2021) observamos a necessidade de apontar a conjuntura que norteia os embasamentos bolsonaristas que se intitulam tradicionalistas, mas que se apresentam como neofascistas, e que para Teitelbaum (2020, p.20) significa dizer que

Os Tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é – comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o ‘progresso’. Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou direita: alguns até dizem que esse sistema está além do fascismo. Consequentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e do Oriente em geral. Isso tem cara de direita?

De acordo com os apontamentos de Teitelbaum (2020), até conceitualmente, as argumentações ideológicas dos bolsonaristas são contraditórias, visto que eles não se enquadram no real tradicionalismo. Assim, é notório que a roupagem ideológica no campo filosófico é inexistente. Assim, retomamos à problemática no quesito inconsistência de orientação política, que é recorrente no MEC devido à existência de grupos que influenciam tal ministério de formas distintas e adversas, o que reforça que o caos gerado no âmbito da educação está intimamente relacionado à desorganização daqueles que alternam o domínio da gestão do MEC.

Ainda sobre o tradicionalismo é pertinente destacar que Teitelbaum (2020) questiona a política ocidental no que diz respeito a igualdade e liberdade, ao apontar tais incoerências. O autor em questão destaca que desde a Eleição de Donald Trump, em 2016, existe um movimento ultranacionalista fortemente presente, que bebe em conceitos tradicionalistas para justificar o populismo de Trump e que, como aponta, segue a mesma dinâmica de Jair

Bolsonaro, em 2018. A história recente nos explicita que o populismo tradicionalista visou reconfigurar sua bandeira em premissas como família, economia, cultura, expressão sexual, e na intencionalidade de atingir eleitores avulsos que estavam contaminados por *fake news*, frente à partidos e gestões de esquerda. Com tal configuração, a educação e o MEC, conseqüentemente, representaram a plataforma de ataque, com ênfase em alienar a população em formação, bem como retirar os direitos e espaços conquistados ao estigmatizar o marxismo e as correntes epistemológicas que buscam a discussão e o contraditório como diretrizes para processo formativo.

I- Gestão Vélez Rodriguez: 1 de janeiro de 2019 a 8 de abril de 2019

O primeiro-ministro da educação do governo Bolsonaro foi Ricardo Vélez Rodriguez, colombiano, naturalizado brasileiro, lecionou na França, Estados Unidos e Colômbia. Além de ser professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Sua vertente ideológica configura-se como de extrema-direita, segue como referencial filosófico e em sua formação as diretrizes de Alexis de Tocqueville e Benjamin Constant. Ademais, estruturou sua formação no âmbito da teologia. Sua carreira no magistério foi iniciada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na década de 1980, via doutrina de ideias eugenistas.

No âmbito do que o fez chegar ao ME temos a junção de duas bases que apoiaram a sua escolha pelo governo Bolsonaro, a influência como professor no exército brasileiro e seu vínculo com o Grupo Positivo, braço neoliberal da educação brasileira no Paraná. Destaque que não deve ser esquecido nos registros históricos é que sua indicação foi feita por Olavo de Carvalho, um dos gurus dos tempos primários da Gestão Bolsonaro.

Acerca de sua curta passagem pelo ministério, Vélez focou suas ações na premissa do “Escola Sem Partido”. Com ações voltadas à extinção de qualquer ideal ou menção à pedagogia

crítica. Outra ação idealizada em sua gestão foi a inclusão obrigatória da disciplina de educação moral e cívica no currículo do Ensino Fundamental. Introduziu nas escolas a obrigatoriedade de executar o Hino Nacional diariamente e gravar os alunos cantando.

A gestão Vélez Rodriguez foi nebulosa e contravertida, não obteve o suporte necessário para execução da pauta de costumes e do criacionismo dos evangélicos apoiadores do presidente da república. Como pano de fundo de sua demissão, como retrataram os meios de comunicações, surgiram as afirmações de Vélez e suas referências ao Golpe de 1964 como período da história democrática do país. A proposta do ministro era a reformulação/revisão dos livros didáticos de história que reescreveriam a história do Brasil do ponto de vista dos militares, não como ditadura militar, mas como período de desenvolvimento democrático. Contudo, não foi de fato esse episódio que, na realidade, levou à demissão do ministro, mas, sim, a pressão que o Centrão (Bloco Político Nacional de apoio ao governo) operacionalizou para colocar um ministro vinculado à ala econômica, leia-se neoliberal. Também o fato de tratar-se de um ministro um colombiano, portanto, um estrangeiro, ainda que nacionalizado brasileiro, foi mencionado por jornalistas como sendo um dos problemas, porém, a questão principal deveu-se à postura ideológica do então ministro, de seguidor da doutrina de Olavo de Carvalho que fez aumentar as contradições entre os apoiadores do governo que não aceitavam o olavismo, como o centrão e também a ala militar, ou seja, as questões de discordâncias entre os grupos no centro do poder.

Logo, a queda do respectivo ministro representou a primeira perda do grupo olavista na atual gestão federal. De modo que, embora os filhos de Bolsonaro apoiassem o olavismo e influenciassem na escolha dos gestores do governo, o ministro foi destituído do cargo.

Analisando a gestão Vélez que admite que seus três meses frente ao MEC não representaram uma real gestão, percebemos que se fez materializada sua presença nessa pasta, contudo, não com

foco de gerir, mas implementar as diretrizes da pseudofilosofia de Olavo de Carvalho. Verticalizando a análise, a principal problemática que Vélez criou como ministro foram ligadas às suas decisões junto ao INEP, instituto de extrema relevância que herdou dessa gestão problemas criados no âmbito de operacionalização dos dados. A desorganização e os impactos de sua passagem pelo MEC puderam ser constatados também na BNCC e no ENEM.

Acerca do exposto, Seki (2021, p. 59) explicita que

A princípio, o INEP disponibiliza um dicionário de variáveis e enormes conjuntos de notas explicativas que indicam alterações de um ano para o outro. Contudo, esse fator que poderia minimizar os obstáculos criados em cima de dados públicos gera uma maior dificuldade para a análise das políticas educacionais. São questões como essa que tornam o trabalho de pesquisa, que já seria árduo se os bancos de dados fossem mais bem organizados, em um imenso trabalho manual de correlação das informações para viabilizar a visualização de tendências de longo período. Ademais, não é por acaso que, apesar da disponibilidade pública dos bancos de dados, o trabalho analítico continue sendo realizado como algo da ordem de uma atividade bastante especializada, o que expressa uma contradição significativamente antidemocrática.

Os dados apontados acima pelo autor corroboram com a própria fala do ministro Vélez, isto é, que o foco era complicar a gestão e dificultar os processos da educação. Ao passo que se desestrutura ou complica-se o processo de análise e interpretação dos dados, mas fácil se torna, para os gestores, distorcer as informações e deturpar o processo crítico.

Para explicitar tal cenário, a Universidade Federal de Tocantins (UFT) (2021) realizou a *LIVE “Anped Norte | SESSÃO 10: POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPO DE CRISES”*, na qual apontou o quanto as distorções representam um processo sistemático com foco em desestruturar e eliminar também as pós-graduações que dialogam com o real processo crítico. Esse desmonte é materializado no 2º semestre de 2022, quando a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) fecha

seu programa *stricto sensu* de história que funcionou por 35 anos, fato que ocorre após a Taurus Armas estabelecer parceria e desenvolver cursos e pós-graduações pautadas na defesa armamentista, o que comprova as consequências do projeto pensado desde a gestão do primeiro-ministro bolsonarista, até seu último ano de primeiro mandato.

Aprofundando as contradições, é notório que ao complicar e/ou causar o caos para o acesso ao Ensino Superior e a pós-graduação, conseqüentemente, tais escolhas alienassem mais fortemente a população. Assim, aparenta haver uma emersão da desinformação e da construção de uma sociedade sem acesso aos seus direitos e deveres. Para Seki (2021, p. 31),

Em lugar do professor e das categorias clássicas, uma miríade de funções os vem substituir: técnicos de ensino, comissionados de vendas, agentes de retenção de alunos, auxiliares educacionais, tutores, avaliadores, aplicadores de testes, programadores, técnicos de infraestrutura de redes, engenheiros de redes e sistemas, estatísticos – a lista é interminável. Trata-se de uma massa significativa de trabalhadores premida pela massificação, planificação e padronização da educação. Sua transformação em atividade fabril. Em suma, pela subsunção real de suas atividades aos capitais que agora dominam o Ensino Superior.

Neste âmbito, como apontado por Seki (2021), ao passo que o desmonte é estruturado, fica evidente o quanto o foco está realmente na transformação da educação superior e pós-graduação em “atividade fabril”, na qual, cada vez mais, o processo de desinformação representa a real plataforma de alienação da extrema-direita para perpetuação no poder.

Neste cenário, comprova-se que os três meses representaram uma desestruturação organizada e pensada pelo presidente da república. Contudo, com o tamanho do caos gerado, somado à pressão da ala militar, o presidente foi obrigado a exonerar Veléz.

II- Gestão Abraham Weintraub: 9 de abril de 2019 a 19 de junho de 2020

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub foi o segundo ministro nomeado no governo Bolsonaro, nomeação feita em plena Pandemia do Corona Vírus 19. Este, um fiel representante do neoliberalismo e escudeiro do capital financeiro, ou seja, um ultraneoliberal que também se mostrou um negacionista. É docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) na cadeira de economia. Tem MBA em Executivo Internacional e mestrado em administração pela FGV. Exerceu cargo de alto escalão no Banco Votorantim, além de ser sócio na Quest Investimentos. Na Gestão Bolsonaro, antes de chegar ao **Ministério da Educação (MEC)**, participou da equipe de transição Temer/Bolsonaro e foi secretário Geral da Casa Civil.

O quadro abaixo destaca, de acordo com a plataforma do Governo Federal, as principais bandeiras e planos operacionalizados por Weintraub:

Quadro 3. Bandeiras e planos de Weintraub

Nº	Programa	Descrição
1	Future-se	Lançado em 17 de julho de 2019, tem o objetivo de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo;
2	Novos Caminhos	Uma série de medidas para aumentar em 80% o número de matrículas na educação profissional e tecnológica;
3	Educação Conectada	MEC repassou R\$ 224 milhões para conectar 100% das escolas aptas a receber internet e R\$ 60 milhões para levar acesso à web a 8 mil rurais;
4	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares	Visa à implantação de 216 escolas cívico-militares até 2023. Para 2020, há R\$ 54 milhões para 54 escolas, ou R\$ 1 milhão por instituição de ensino;
5	Conta pra Mim	Programa de estímulo à literacia familiar, ou seja, de leitura pela família para as crianças. Representa uma Política Nacional de Alfabetização: decreto com novas

		diretrizes para a alfabetização do país, baseadas em evidências científicas.
--	--	--

Fonte: MEC, 2019.

Figura 2. Future-se



Fonte: MEC, 2019.

Dentre os 5 eixos acima destacados, bem como no que está oficialmente disponível no portal do MEC, apontamos o FUTURE-SE como a principal tentativa de desmonte de estado laico e de direito à educação pública superior no âmbito da Gestão Bolsonaro. Evidencia-se que enquanto representante do capital financeiro, o ministro Weintraub, via políticas públicas, trouxe a razão instrumental do capital financeiro e sua violenta acumulação de capital para a educação superior pública, o que levou o governo às tentativas e projetos de privatização, isto é, à busca por entregar as universidades e institutos federais ao setor privado. Ostensivamente foram impostas políticas de desqualificação da educação superior com disseminação de mentiras para afetar a imagem dessas instituições junto a sociedade civil. Mais do que isso, tal desrespeito e degradação da imagem das universidades

públicas tinham como objetivo justificar os brutais cortes de recursos e investimentos em educação.

As ações do quadro acima representam a tentativa de viabilizar o processo de privatização da educação em uma estruturação na qual o ensino e pesquisa estariam sendo desenvolvidos via terceirização. Assim, a gestão de Weintraub destoou do seu antecessor que era representante da corrente filosófica olavista. A ênfase de sua atuação esteve direcionada a abrir espaço para a terceirização da educação em nível nacional, o que nos faz retornar ao projeto de educação que o mercado internacional deseja como espaço de exploração.

Neste movimento a intencionalidade do ministro estava em atender às diretrizes delineadas na Gestão Bolsonaro, ou seja, em tirar a independência de espaços formadores de opinião. A principal confirmação está na redação do próprio “Future-se”, isto é, em excluir todo e qualquer empenho jurídico e licitação. Com esse movimento fica comprovada a real busca por privatizar a educação brasileira.

Nos defrontamos, [nesta realidade], com o feroz movimento de frações do capital local e internacional que reconverteu a formação humana juvenil, configurando-a como ‘mercadoria’ negociável nas bolsas de valores. Além de dominarem as matrículas nas grandes empresas de Ensino Superior, está em seu horizonte a destruição do que restou da Universidade pública e o avanço sobre a Educação Básica. (Evangelista, 2021 *apud* SEKI, 2021, p.19)

O ministro se formou em financeirização, trabalhando no Banco Votorantim e aplicou seus conhecimentos no setor público, mesmo sendo sócio na Quest Investimentos.

Evangelista (2021 *apud* Seki, 2021, p.19-20), na apresentação do livro *O Capital Financeiro no Ensino Superior Brasileiro (1990-2018)*, explicita que

Entre os anos de 1960, último momento em que a esfera pública hegemonizou as matrículas, e os de 2010, o crescimento da esfera privada foi exponencial, alcançando em meados da década de 2000. O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018) a oligopolização. Nesse momento,

setores do ‘capitalismo em crise’ auferiram margens inimagináveis de lucro às expensas não apenas dos fundos públicos e da exploração de trabalhadores, mas também à custa da extração do fundo de existência juvenil e do seu endividamento precoce. Esse movimento histórico resultou da entrada de grandes bancos e fundos de investimentos nesse nível de ensino, propiciada por formas ‘legais’ – a exemplo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 –, bem como pela ausência de formas inibitivas – caso dos limites ao capital estrangeiro nas empresas educacionais brasileiras.

Na sua atuação o ministro Weintraub fez uso constante das redes sociais como via de comunicação e dedicou parte considerável de seu trabalho como chefe de pasta a atacar o estado de direito e defender os atos arbitrários do governo. Em seu último ano à frente do MEC suas ações, de fato, concentraram-se nos cortes do orçamento das universidades e institutos federais que atingiram índices de até 30%. Cortes que ceifaram as condições de continuação da produção científica conquistada por décadas de investimentos. Sua política foi de destruição da educação pública.

Weintraub foi, também, quem realizou o enfrentamento à União Nacional dos Estudantes (UNE) que buscava diálogo e tentava reverter os cortes de verbas para as universidades. O então ministro, como retaliação, criou a Carteira Estudantil Digital produzida pelo governo e gratuita, com a intenção de descapitalizar e inviabilizar a atuação política da entidade (UNE). Outra situação complexa dessa gestão se manifestou diante da orientação do ministro para que os alunos filmassem as aulas sem autorização dos professores e denunciassem os professores que, por qualquer motivo, discordassem das medidas do governo.

Como bandeira utilizou o *slogan* “O melhor ENEM da história”, em 2019, via SISU 2021. Contudo, o auge dos seus problemas nessa pasta deveu-se aos ataques racistas que proferiu contra a China e aos povos indígenas. Com essas ações ele foi denunciado à Procuradoria Geral da República (PGR) pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ao Supremo Tribunal Federal (STF),

momento em que Weintraub foi exonerado por Bolsonaro para evitar maiores constrangimentos.

Partindo para a análise da gestão de Weintraub, ex-ministro que também fora indicado por Olavo de Carvalho, mas que tinha contato direto com Bolsonaro visto que ele e seu irmão, Arthur Weintraub, atuaram fortemente na campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018. Sua principal ferramenta para propagar o caos eram as *fake news*, ou seja, ele utilizava do cargo para propagar ditos e dados irreais que eram expostos nos momentos em que estava como ministro. Assim, é visível a utilização da pasta em favor do desmonte do estado de direito, como apontado por Frigotto (2019, p. 28)

É a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, que se afirma um processo de desmanche do setor público e da escola pública, como se protagonizou pelos homens de negócio e suas instituições e organizações empresariais. Primeiramente, estimulando o mercado educacional, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar. A formação e a função docentes, como consequência, deveriam ser alteradas.

A partir da reflexão de Frigotto (2019) observamos o quanto o desmonte era algo estruturado e formatado em falácias para destituir teses concretas e cientificamente comprovadas. Weintraub, focado no processo lucrativo, fez com que disciplinas básicas fossem excluídas em nome do “Novo Ensino Médio” que, na verdade, representa ampliar espaço para as organizações escolares particulares que podem prestar serviço junto ao sistema público, ou melhor, realmente a implementação de uma privatização da educação brasileira, com uma reles desculpa de ampliar as possibilidades, o que não ocorreu de fato, pois, simplesmente, como a exemplo, retiraram a disciplina de sociologia e disponibilizaram a robótica como uma opção, contudo, apenas instituições particulares podem ofertar essas disciplinas, o que obriga a contratação de prestadores de serviço.

Seki (2021, p.369), quanto ao exposto, esclarece que

A Cogna Educação (Kroton), por exemplo, realizou a compra da Saber Educação e da Somos Educação, instituições dedicadas às escolas básicas, das creches ao ensino médio. Além das escolas, aceleram a aquisição de editoras e sistemas apostilados de ensino e começam a produzir softwares e sistemas informatizados a serem fornecidos para escolas públicas e privadas. Essa é uma das razões apontadas para a reconfiguração da antiga Kroton, transformada na holding Cogna Educação – composta pela Kroton, dedicada ao Ensino Superior; pela Platos, orientada para a prestação de serviços às instituições de Ensino Superior; pela Saber, atuante no Ensino Básico; e pela Vasta e Somos, especialista na venda de serviços para escolas de Ensino Básico.

A explicitação acima representa o grupo educacional que deteve maior crescimento na gestão do ministro em questão, em outras palavras, na qual a organização em *holding* de instituições privadas foi subsidiada com empréstimo do governo, assim, comprova-se a utilização da máquina governamental em favor do capital financeiro.

De acordo com a Mello (2018)

A Kroton Educacional anunciou nesta terça-feira, 10, a compra do Centro Educacional Leonardo Da Vinci, em Vitória (ES), como parte dos planos de investimento em educação básica, e prevê mais duas aquisições no segmento até o fim de 2018. O valor médio da mensalidade nesta escola fica mais perto do teto do intervalo de R\$ 1.250 a 3.500, ou seja, mais próximo do segmento chamado pela empresa de ‘ultra premium’, que parte de R\$ 3.500.

O destaque acima evidencia os tentáculos da Kroton ao impor sua doutrina e diretriz, visto que a escola acima trata-se de apenas um exemplo dentre as diversas aquisições realizadas pelo grupo em questão. Assim, fica comprovado o método de atuação do grupo: apropriar-se legalmente de grupos escolares para dominar o mercado educacional e assim reduzir a diversidade de opções para os usuários do serviço.

No relatório da exoneração como ministro foram mostrados pontos que trazem diferenças em relação aos seus antecessores,

segundo os quais Weintraub teria se focado no ensino superior e não na educação básica. Então, essa fala seria uma comprovação do descaso de Weintraub frente ao ensino básico? Sim, é uma concretização de que os profissionais da educação básica estão cientes, principalmente os gestores, visto os cortes de recursos dirigido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) durante sua gestão.

No documento de exoneração de Weintraub há, ainda, o relato de que em sua gestão o ministro se utiliza de *fake news* e *bullying* com o intuito de denegrir e agredir o judiciário, bem como os profissionais da corrente marxista e os progressistas, o que, logicamente, foram atos de *bullying* praticados por agente público de direita que foram direcionados a qualquer corrente opositora a ele e ao presidente da república durante sua passagem pelo ministério em questão.

Nesta vertente é necessário analisar que Weintraub dialoga com os ideais olavistas ao utilizar de senso comum para defender suas ideias e destituir a laicidade e a democracia. Na LIVE “Desafios da Avaliação Quadrienal 2017-2020” realizada pela UNIFAL, em 2020, pode-se observar a visão olavista utilizada nos discursos do ministro em questão, presentes nas exigências descomuns feitas para a avaliação quadrienal da pós-graduação *stricto sensu*. Neste âmbito, observamos que ao exigir produções impossíveis de serem realizadas, o então ministro parte a concretização do projeto de desmonte da educação em sua gestão.

III- Carlos Decotelli (não assumiu)

Após 13 dias da queda de Weintraub, Decotelli é anunciado e sua nomeação chega a ser publicada no DO (Diário Oficial da União). Contudo, as recorrentes comprovações de fraude documental em seu currículo tomaram grandes proporções. Ao ter seu currículo analisado pela reitoria da Universidade de Rosário, e evidenciar que ele não obteve grau de doutor por esta Universidade, sua nomeação foi retirada.

Como já é costume na gestão Bolsonaro o problema não foi apenas a questão do currículo, mas a gestão catastrófica frente ao FNDE entre fevereiro e agosto de 2019. Cenário que foi acrescido pelo movimento reativo da ala militar, visto que Decotelli, quando esteve no FNDE, se apresentou como Oficial da Reserva da Marinha, todavia, na verdade, havia sido de Segunda Classe da Marinha (RM2), função temporária e não estatutária, o que representou fraude. De modo que, enquanto esteve como chefe máximo no FNDE, diante de tais situações, a ala militar exigiu sua saída antes mesmo de tomar posse de fato.

IV- Gestão Milton Ribeiro (16 de junho de 2020 a 30 de março de 2022)

Milton Ribeiro, o quarto ministro da educação, foi ordenado pelo Presbitério de Santos (PRST) na década de 1980. Atualmente é pastor da Igreja Presbiteriana em Santos, São Paulo. Seu vínculo acadêmico é com a Universidade Presbiteriana MACKENZIE, além de compor a gestão da Santa Casa de Santos.

Ele assumiu o ministério no período pandêmico onde operou inúmeras ações que foram questionadas, dentre elas, o não adiamento do ENEM 2020 e SISU 2021, no auge de contágio da COVID-19. Dentre seus principais atos preconceituosos e conservadores estão: ser contrário aos métodos contraceptivos, defesa do castigo corporal para com crianças, posições homofóbicas, ser contra a inclusão e as cotas.

Segundo o Ministro, um criacionista e negacionista, “O presidente pediu para mim: ‘Milton, cuide das crianças’. Crianças com nove anos não sabem ler. Sabem tudo. Com respeito a todas as senhoras aqui presentes, sabem até colocar uma camisinha. Mas não sabem que $B + A$ é ‘BA’”, disse.

O jornalista Jerônimo Teixeira (2021), em artigo à Revista Época, relata que

Na semana passada, Bolsonaro se lambuzou com gosto no *Alerta Nacional*, programa da Rede TV! Apresentado, de Manaus, pelo esfuziante Sikêra Júnior (de nascimento, José Siqueira Barros Júnior; o nome profissional com K está no espírito do Brasil dos kajurus, dos kassios e das kicis, tema de uma coluna recente).

A foto abaixo, na qual o presidente Bolsonaro e ministros aparecem ao lado de um cartaz escrito “CPF cancelado” – termo utilizado por milicianos quando se assassina um inimigo, exatamente quando o país estava para atingir 400 mil mortos por Covid-19, ganhou atenção pública porque a baixezza da exposição de um presidente e ministros, dentre eles o da Educação, em uma imagem com tal teor implícito, como segue, mostra o descabro no trato da condução da pandemia e do público.

Figura 2. Foto com 'CPF cancelado' nos bastidores de programa da TV A Crítica



Fonte: Foto de Alan Santos - Teixeira, 2021².

O presidente, de acordo com Teixeira (2021), também insultou a repórter que ousou questioná-lo acerca do 'CPF cancelado', dizendo não ter mais “respostas decentes a oferecer ao país”.

² Disponível em: <<https://epoca.globo.com/jeronimo-teixeira/coluna-mais-dez-perguntas-para-irritar-bolsonaro-24995383>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

Em 28 de março de 2022, o então ministro Milton Ribeiro, pede exoneração do cargo, após 1 semana de vazamento de áudios comprovando sua relação com propinas condicionando liberação de verbas do MEC. Dentre os atos e fatos ilógicos, em pleno século XXI, destacamos a imagem abaixo da versão bíblica com a imagem do ministro em questão.

Figura 3. Bíblias promocionais do pastor Gilmar e do Ministro Ribeiro



Fonte: G1 Pará (2022).

A gestão de Milton Ribeiro acabou nos últimos dias do mês de março de 2022, contudo, em junho do mesmo ano, os reais motivos que levaram à sua queda apareceram, com destaque para as propinas e loteamento de verbas. Após várias denúncias à justiça, via STF, iniciam-se investigações. Uma minoria no senado protocola abertura de CPI no MEC, visto as recorrentes materializações e comprovações do gabinete paralelo, realizado pelos pastores. Vejamos o fragmento da reportagem abaixo que explicita a dinâmica do então ministro e seu grupo:

Foram mapeados indícios de crimes na liberação de verbas do FNDE com base em documentos, depoimentos e um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU).

Ao todo, serão cumpridos 13 mandados de busca e apreensão e cinco de prisões em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal.

Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura são considerados figuras-chave no esquema criminoso descoberto dentro do ministério, então sob o comando de Ribeiro.

Eles negociavam com prefeitos a liberação de recursos federais mesmo sem ter cargo público, segundo mostrou o jornal Folha de S. Paulo.

Esses recursos vinham do FNDE, órgão ligado ao MEC e controlado pelo centrão.

Contrariando sua promessa de campanha, o presidente Jair Bolsonaro recorreu ao apoio desses parlamentares quando se viu ameaçado por uma série de pedidos de impeachment.

A contrapartida geralmente se dá pela troca de cargos e repasses de verbas federais.

Pedidos de propina até em ouro foram relatados por prefeitos.

Ao menos desde janeiro de 2021, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura negociavam a liberação de empenhos para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos. Os recursos são geridos pelo FNDE.

Eles tinham livre trânsito no governo, organizavam viagens do ministro com lideranças do FNDE e intermediavam encontros de prefeitos na própria residência de Ribeiro, mostram as investigações.

A prisão do ex-ministro e dos membros do gabinete paralelo materializou aquilo que já era de conhecimento de quem atua na gestão educacional nas prefeituras espalhadas pelo Brasil. São de comum entendimento os referidos requisitos, isto é, compra de passagens, condicionalidades de compras de bíblias, dentre outras para que as prefeituras conseguissem liberação de verbas. E mesmo com fatos expostos e documentados em áudio, ou seja, evidências concretas, o presidente saiu em defesa de Milton Ribeiro, justificando tais investigações como perseguição, ataque à sua reeleição, porém, outras evidências comprovam as tentativas do próprio presidente em intervir na prisão.

Com os destaques apresentados frente à atuação de Milton Ribeiro, fica explícito que sua exoneração representou única e exclusiva tentativa de abafar o processo de investigação que estava em curso contra ele e ao gabinete paralelo. Assim, é pertinente refletir o quanto à educação perde por ser utilizada como lugar de

alimentação de propina e troca de favores entre correligionários. Com tal contexto quem perde são os estudantes e a sociedade, visto a paralisação de recursos devido às investigações e reorganização do empenho de verbas.

Dentre os atos de Milton Ribeiro temos as mudanças dos critérios da avaliação quadrienal, ou seja, novos critérios que foram impostos de forma retroativa, incidindo na avaliação do período entre 2013 e 2016, o que afetou 3.100 programas de pós-graduação (89%). Logo, se fossem aplicadas retroativamente, poderiam afetar também as notas referentes ao quadriênio de 2017-2020, impactar a distribuição de recursos públicos para os 3.594 programas de pós-graduação existentes no Brasil (APUFPR, 2021).

Encontrar atos de produção e/ou avanços na Gestão de Ribeiro é algo complexo e de extrema dificuldade, mas, dentre os atos que vieram à tona temos alguns destaques dos quais ressaltamos que é

Importante lembrar que a atual presidente da Capes, Cláudia Mansani Queda de Toledo, coordenava um programa de pós-graduação que teve o credenciamento recomendado pela própria Capes em 2017 (no governo Temer) por não ter atingido a nota mínima (sua nota foi 2) para continuar seu funcionamento. O programa é ofertado na instituição privada de sua família, na qual, coincidentemente (ou não), também se graduaram o ministro da Educação Milton ‘vergonha alheia’ Ribeiro e o ex-ministro da Justiça André Mendonça (aquele que usou o cargo para elaborar um dossiê contra opositores ao governo e que hoje aguarda ‘na geladeira’ uma sabatina para indicação ao STF). Em 2020, o programa voltou a ter nota 4 (milagre?) após novo parecer do Conselho Superior da Capes dois dias antes da saída do então ministro da Educação Abraham ‘pior de todos os tempos’ Weintraub. Mais outra coincidência... (APUFPR, 2021, p. 2)

Como apontado, achar os atos de Milton Ribeiro no âmbito da sua gestão frente à pós-graduação é constatar dentre as canetadas dele e de Weintraub as alterações de notas de programas que antes foram rebaixados. E como enfatizado pela APUFPR, as ações de Ribeiro concentravam-se nos arranjos políticos dos grupos que já eram associados anteriormente ao assumir o cargo de ministro do

MEC. Para a Associação dos Professores da Universidade Federal Do Paraná (2021),

a forma apressada com que a Capes tentou aplicar mudanças que afetariam quase a totalidade dos programas já avaliados no quadriênio anterior mostra que não se trata de falta de cuidado ou amadorismo de pessoas que ganharam cargos no governo mesmo sem terem qualificação para ocupar posições importantes. É parte do projeto do governo de Jair Bolsonaro que promove o loteamento de espaços de construção do conhecimento por militantes extremistas que conduzirão sua estratégia de 'guerra cultural', ao mesmo tempo em que desmontam a ciência e a pesquisa nacional e ainda beneficiam setores econômicos que controlam o ensino superior privado no país (APUFPR, 2021, p. 3).

Ribeiro finaliza sua caótica gestão no MEC, de forma brusca e pela porta dos fundos, deixa a pasta após criar desgaste com várias áreas técnicas, em especial, o conflito com a CAPES que culminou na venda casada de bíblias a peso de ouro.

V- Victor Goday Veiga (18/04/2022 – atualmente)

Veiga, na verdade, exerceu a função de ministro da Educação desde a saída de Ribeiro, em 30 de março de 2022. Estava instalada a guerra no MEC pela disputa de poder entre as alas olavistas, militar e o centrão. Assim, os cargos de segundo escalão, utilizados como loteamento por Bolsonaro, geram contrapontos recorrentes entre quem está no ministério e aqueles que controlam as fundações e institutos que estão estruturalmente dentro do MEC, cenário que orquestra o caos que chega ao último ano do mandato de Bolsonaro.

O atual ministro (registro de 29/06/2022, desta escrita) é engenheiro em redes pela UNB, com formação e especialização na Escola Superior de Guerra. É profissional de carreira, concursado na CGU, desde 2004. Chegou a ocupar o cargo de secretário-executivo do MEC. Contudo, fora sua breve passagem um período menor que um ano no MEC, não detinha nenhuma experiência no campo da educação. Tal situação corrobora com o fato de este ser

um representante da ala militar, e sua nomeação representar aproximação de Bolsonaro esse núcleo.

Assim, o quinto ministro representa a ala militar descolada do viés olavista. Por ser profissional de carreira, representa uma justificativa do presidente por ter nomeado um integrante da CGU, visto que a tendência é de que o MEC passe por uma CPI no senado. Dessa forma, o movimento bolsonarista é de esfriar os ânimos até chegar as eleições, numa tentativa de encobrir a presença do projeto de privatização da educação brasileira.

Após a sua posse, Veiga teve que concentrar sua agenda em ser ouvido no Senado Federal e dar encaminhamentos ao STF, principalmente após a prisão de seu antecessor. Dentre as poucas informações disponíveis sobre sua gestão, temos: a migração do *site* do MEC (de <http://portal.mec.gov.br/> para <https://gov.br/mec>). Suas energias estão concentradas na organização da 4ª Conferência Nacional de Educação - CONAE, edição 2022, que ele deliberou através da Portaria n.º 632, de 22 de agosto de 2022. De maneira que, fora esses dois atos de maior expressão, observamos que o atual ministro, em contraponto aos seus antecessores, está tentando ao máximo tirar os holofotes da imprensa e da sociedade em relação ao MEC. Não por acaso, Bolsonaro pela primeira vez nomeia um ministro técnico já vinculado à pasta, o que ocorre, até mesmo para reduzir as pressões internas e tentar esconder os recorrentes crimes ocorridos no referido ministério, devido à sua almejada reeleição.

Os ministros foram e vieram e a “Escola Sem Partido” ficou?

A “Escola Sem Partido” é um projeto das pautas de costumes e religiosa dos bolsonaristas, o que é necessário compreender, nesse ínterim, principalmente, é que tal representação está além do discurso ou comercialização de uma ideia. Mas, sim, configura-se como um movimento plenamente organizado pela extrema-direita que fundamenta os alicerces desse movimento com base nos preceitos do período da ditadura militar. De acordo com Algebaile (2017) é pertinente apontar para a roupagem contemporânea utilizada pelos idealizadores desse movimento político, que vigora

desde 2004, utilizam-se do *site* www.escolasempartido.org para disseminar essa corrente alienante.

De início contata-se o uso de plataformas de indexação não nominais para deflagrar as posições desse grupo. Pois, ao instaurar a “instituição “Escola Sem Partido”, este passa a ser um sujeito com identidade própria, com voz e representação para seus “Partidos”, ou seja, está na não responsabilização e até enquadramento criminal dos disseminadores desse ideal, assim, os idealizadores e atores responsáveis por tal movimento não são identificados, cenário que legitima a impunidade e a preservação da identidade dos pulverizadores de ódio da extrema-direita.

Para evidenciar tal dinâmica Algebaile (2017, p.64) destaca que

Sua atuação tem como principal suporte um site que funciona como um meio de veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização relativos ao que seus organizadores entendem como ‘práticas de doutrinação’, que seriam identificáveis em aulas, livros didáticos, programas formativos ou outras atividades e materiais escolares e acadêmicos.

O destaque acima converge com a visão ideológica, unânime, dos ministros que passaram e os que foram gestores da pasta do MEC. Mesmo que com origens distintas, de economistas a pastores, o que se assemelha de forma concreta entre eles é que foram deflagradores e representantes do movimento “Escola Sem Partido”. Neste íterim, conclui-se que o principal pré-requisito para ocupar a pasta em questão é ser vinculado ideologicamente a esse movimento. Assim, a operacionalização central da “Escola Sem Partido” é um dos fundamentos do desmonte vivenciado de forma estrutural no MEC para a desconstrução do Estado de direito, laico e de liberdade de expressão. Desta forma, ao cercar manifestações de enfretamento ao desmonte educacional, se silencia sindicatos, associações, e ONGs, que historicamente representaram espaços para o debate e construção de manifestos de defesa ao Estado laico.

Para corroborar com esse alinhamento político e evidenciar tal estruturação, ainda com base no exposto, Algebaile (2017, p. 66) explicita que

Outra situação ambígua se dá em relação à forma como se vinculam à organização aos parlamentares signatários dos projetos de lei similares aos modelos fornecidos pelo “Escola Sem Partido”, apresentados em nível federal e em diversos estados e municípios. Ao assumirem a apresentação desses projetos, seguindo os modelos divulgados ou detalhando alguns de seus aspectos, esses parlamentares mostram-se diretamente vinculados ao programa de ação da organização, constituindo uma espécie de braço parlamentar por meio do qual é ampliada sua militância sistemática em favor das bandeiras do “Escola Sem Partido”. Todavia, no site, tais parlamentares tendem a figurar mais como apoiadores do que como membros permanentes da organização, ainda que a página específica destinada à divulgação do ‘anteprojeto de lei contra a doutrinação nas escolas’,⁶ cujo acesso pode se dar por meio de uma ramificação da página do ‘movimento’ “Escola Sem Partido”, revele que a vinculação orgânica entre o “Escola Sem Partido” e segmentos parlamentares está se dando por meios cada vez mais sistemáticos.

Fica evidente que o processo de alienação via “Escola Sem Partido” está em curso, e antecede à chegada de Bolsonaro (2019-2022) ao planalto, pois esse movimento decorria dos manifestos de 2013 que culminaram com a não aceitação da vitória legítima da ex-presidenta Dilma, impedida pelo Golpe Civil de 2016 de terminar seu mandato. Assim, o alinhamento dos parlamentares do dito centrão e da extrema-direita contaram, na última década política da nossa nação, com o destaque do personagem juiz “Sérgio Moro” e com a Operação Lava Jato que utilizou o expediente do *lawfare*, cujo enredo construiu as tensões extremistas que vivenciamos nas eleições majoritárias, em 2022. É importante conceituar essa prática do *lawfare* que

diz respeito ao uso ou manipulação das leis e procedimentos legais como instrumento de combate e intimidação a um oponente, desrespeitando os procedimentos legais e dos direitos do indivíduo que se pretende eliminar. Em termos simples, o *lawfare* pode ser entendido como o uso da legislação com arma para alcançar um fim político-social, um tipo assédio judicial

que tem como objetivo calar o adversário ou minar a sua credibilidade perante à sociedade. Essa prática é planejada de forma que aparente acontecer dentro da legalidade e, muitas vezes, essa aparência é criada com o auxílio da imprensa. Por esse motivo, o termo é utilizado, na maior parte das vezes, com uma conotação negativa, pois passa a ideia de um uso abusivo e ilegítimo da lei para prejudicar um determinado adversário (FERRARI, 2023, s.p.).

Com a ascensão de uma sociedade cada vez mais conservadora que estava adormecida, e com um fundamentalismo religioso que vem ganhando uma dimensão avassaladora contando com o aumento do número de igrejas neopentecostais, sobretudo nas camadas mais populares, Dilma passou a ser cobrada por suas convicções religiosas e morais (CNN, 2022, p. 96).

Ou seja, com uma oposição intransigente, uma direita fortalecida, a atuação da Lava Jato, um Congresso ultraconservador e parte considerável da população inconformada com o resultado das urnas nas ruas, não foi difícil para a classe dominante pavimentar um caminho para retirar do poder uma presidenta eleita democraticamente. Só precisava de um porta-voz que ecoasse tal estratégia. De pronto, alguns intelectuais midiáticos assumiram esse papel. Um exemplo é a coluna de Arnaldo Jabor no jornal O Globo, de 28 de outubro – um dia depois da vitória de Dilma -, desqualificando o voto de eleitores do Nordeste e do Norte, chamando-os de “absolutamente ignorantes sobre os reais problemas brasileiros” e que “nosso futuro será pautado pelos burros espertos, manipulando os pobres ignorantes. Nosso futuro está sendo determinado pelos burros da elite intelectual numa fervorosa aliança com os analfabetos” (CARTA CAMPINAS, 2014, s.p.).

Na mesma linha de Jabor, o jornalista Diogo Mainard, no programa *Manhattan Connection*, exibido à época pela Globo News, ao analisar a grande votação de Dilma no Nordeste, afirmou que essa eleição é a prova de que o Brasil ficou no passado. Não é nem bolsa família, não é marquetagem. O Nordeste sempre foi governista, sempre foi bovino, sempre foi subalterno ao governo. “[...] É uma região atrasada, pouco educada, pouco instruída, que

tem grande dificuldade para se modernizar”. Isto é, a imprensa já havia aderido por completo à pauta da Lava Jato, operação apontada por alguns analistas como um dos tentáculos da nova direita brasileira. O sociólogo Sousa (2019), por exemplo, acusa a mídia de se associar às forças conservadoras para derrubar Dilma Rousseff e disseminar ódio na sociedade. Depois da quarta derrota seguida, as forças conservadoras não só não aceitaram a derrota eleitoral como começaram a flertar com um caminho não eleitoral. É aqui que entra em cena de modo arrebatador o quarto elemento fundamental no esquema do golpe comandado pelos endinheirados: o complexo jurídico-policial do Estado. Instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concentrado para derrubá-la. Agindo em parceria e em conluio com a mídia conservadora, e servindo de fomentadora para a recém-organizada base social de extrema-direita, a casta jurídica que comanda o combate à corrupção seletiva tornou-se a chave para a compreensão do “golpe branco”, em abril de 2016. O combate à corrupção torna-se pornograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda, enquanto blinda a direita. Mas sem a participação do nosso verdadeiro ‘partido das elites’, a imprensa manipulada e manipuladora não teria se formado o clima insurrecional que possibilitou o golpe. A imprensa partidária e conservadora já havia criado uma base social de extrema-direita para o golpe. Faltava o discurso para direcionar e arregimentar a base social recém-construída (SOUSA, 2019, p. 104-5)

Há, então, o despertar de uma onda conservadora, cuja finalidade era pôr fim à era petista, tendo como um braço forte dessa onda a mídia tradicional, sócia do aparato judicial. Destituindo Dilma Rousseff do poder, o próximo passo seria encarcerar o ex-presidente Lula, que despontava em todas as pesquisas de opinião como o franco favorito a ganhar as eleições presidenciais em 2018. A prisão de Lula, ocorrida em abril daquele ano, reacendeu a disputa ideológica que divide ainda hoje a sociedade brasileira. Com Lula fora da disputa eleitoral, logo, o candidato da direita, Jair Bolsonaro,

assume a liderança das pesquisas de opinião, sendo confirmado nas urnas em outubro de 2014.

O que se materializa na fala da filósofa Marilena Chauí que diz que o sonho da classe média é tornar-se parte da classe dominante e seu pesadelo é tornar-se proletária. “Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante” (CHAUI, 2013, s.p.).

Com a queda do governo do Partido dos Trabalhadores intensificou-se a reaproximação entre o poder político e poder econômico, bem como o aprofundamento da relativização dos direitos e garantias fundamentais (a precarização do trabalho é apenas um dos exemplos) e o dismantelamento da rede de proteção trabalhista. Também foi perceptível o aumento da manipulação da informação pelos meios de comunicação de massa tradicionais, o crescimento da divulgação de notícias falsas (*fake news*) e a demonização dos inimigos políticos (CASARA, 2020, p. 115)

No campo político, o antipetismo, a parceria com a Lava Jato e o sentimento antipolítica reforçaram o novo conservadorismo brasileiro, assim como a defesa incondicional da agenda neoliberal na esfera econômica. Só destoaram da ideologia conservadora no âmbito cultural, (CASARA, 2020, p. 255)

A vertente da “Escola Sem Partido” tem como um de seus objetivos a ideia de atrair ao movimento em questão a parcela da população que valoriza as pautas moralistas e tem a família conservadora como o centro que ficou descrente com a turbulência criada pela Operação Lava-Jato em Curitiba e contra o Partido dos Trabalhadores (PT).

Capítulo II

A “Escola Sem Partido” MOVIMENTO E PROJETO DE SOCIEDADE

A “Escola Sem Partido” (ESP) é um movimento de intelectuais, religiosos e parlamentares representantes da classe dominante que objetivam eliminar a construção do pensamento científico e crítico, e em que suas teses, segundo Frigotto (2017, p.18), “não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores”. O autor afirma que pelo contrário, temos que buscar a perspectiva da historicidade desse fenômeno e suas determinações sedimentadas nas relações sociais capitalistas. No capitalismo a sociedade se caracteriza pela divisão de classes e frações onde uma minoria, os capitalistas, exploram pela dominação a maioria, isto é, os trabalhadores pela apropriação do lucro. É importante, como explicita Frigotto (2017, p.18), que

a forma regressiva que assumem as relações sociais classistas no sistema capitalista atual e sua particularidade na realidade como o terreno mais profundo onde se gestam, se articulam e se potenciam os pilares das ditaduras e os reiterados golpes institucionais da classe dominante brasileira e as teses do Escola Sem Partido.

Podemos considerar a “Escola Sem Partido” enquanto movimento que é da estrutura desta sociedade caracterizada por permanentes crises como sua expressão histórica, ou seja, seu motor é a crise. Com a implementação do modelo econômico neoliberal, versão do capital financeiro, as crises do capitalismo, enunciadas por Frigotto (2017, p. 18-9), têm sido cada vez mais profundas e

o seu enfrentamento se efetiva por destruição de meios de produção e de forças produtivas, em particular eliminando direitos da classe trabalhadora.

Crise que no presente se manifesta, por um lado, pela capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder e sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e, por outro, pelo domínio do capital financeiro especulativo que nada produz, mas que assalta, mediante a dívida pública dos Estados nacionais, os recursos que seriam destinados a assegurar direitos sociais elementares, tais como os da saúde, da educação, de saneamento básico, habitação, transporte, cultura etc.. No Brasil, em 2016, de forma criminosa, empenham-se compulsoriamente mais de 45% do orçamento anual nacional em pagamento do juro e amortização de uma dívida que cresce geometricamente.

Sendo, portanto, a finalidade das crises do capital a eliminação dos direitos da classe trabalhadora para garantir o lucro, sentido no qual foi plausível e muito bem arquitetado o golpe de 2016 com o *Impeachment*, ou destituição da presidenta Dilma Rousseff.

Devemos considerar o golpe como parlamentar, midiático, jurídico, financeiro e militar com apoio dos Estados Unidos. O Brasil passou a conviver cotidianamente com ameaças às liberdades democráticas, com movimentos da extrema-direita, sendo um deles a ideologização da educação com a “Escola Sem Partido”. Constituíram-se os governos golpistas de direita e extrema-direita de Michel Temer e Jair Bolsonaro em governos de desmantelamento das instituições sociais via corte de gastos, privatizações dos ativos públicos e novas legislações que impactaram de tal ordem a classe trabalhadora que trouxe a fome para 33 milhões de brasileiros e à reinscrição do país no mapa da fome.

Esses governos, como aponta Frigotto (2017, p. 8), trouxeram de volta ameaças à democracia e ao estado de direito. O estudioso chama a atenção para o que não podemos esquecer, isto é, que o fascismo e o nazismo são expressões da sociabilidade do capital quando gerido pela extrema-direita, atingindo todas as áreas da vida social, principalmente a educação, pois

seu sentido [é] de ameaça ao convívio social e liquidação da escola pública como espaço de formação humana firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e de respeito à diversidade. As referências

remetem, tristemente, às histórias de perseguição e horror do nazismo contra os judeus, [negros, deficientes, homossexuais, comunistas, latinos e asiáticos todos aqueles que não fossem da raça ariana] e a participação insossa da sociedade alemã no genocídio em massa, cometido nos anos 1930 [a 1945].

Ciavatta *apud* FRIGOTTO (2017), em sua apresentação da obra *Escola “Sem” Partido*, assinala que para Penna (2017, p. 9) é preciso pensar como um discurso que se faz presente desde 2004, quando esse movimento foi criado apresentando uma “chave de leitura para se entender o fenômeno educacional explicitado, [...] com o Projeto de lei nº 867/2015 que ‘incorporam suas ideias, contraditórias com a legislação educacional atual’”. Ressalta ainda que utiliza uma “linguagem próxima do senso comum, é divulgada via meio de memes, ‘imagens acompanhadas de breves dizeres’”. Caracteriza-se por uma concepção de escolarização de desqualificação do professor; estratégias discursivas fascistas; “defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos”, trazem o discurso de ódio como forma de oposição a qualquer um que discorde de suas ideias e instalam um “clima de denunciamento” na escola.

A intolerância e o ódio são direcionados aos movimentos sociais, em particular ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) “de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros” (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

De forma que a “Escola Sem Partido” tem por premissa ideias conservadoras, defende a religião como via de visão de mundo, entretanto, o movimento é claramente expressão de algo maior, pois configura-se como fascismo muitas vezes camuflado que se utiliza de ideias principalmente nos meios de comunicação, para difundir ideologias fundamentalistas.

Essa ideologia que se utiliza de ameaças pretende o silenciamento da categoria dos professores pela utilização do DOXA (crença) em detrimento do LOGOS (ciência). Tal substituição justifica a terminologia de MITO, utilizada pelos seguidores do presidente Jair Messias Bolsonaro (JMB), configurando uma visão distorcida da realidade que cria um

mundo paralelo. Assim, é pertinente retornar a Foucault (1987) que contribuiu para interpretação das formas de disciplinaridade da sociedade, com foco na continuidade e perpetuação da dominação através da imposição de contraditórias manifestações de coação que destroem os ideais democráticos de direito.

Assim, a censura e o confronto que ocorre quanto as questões de gênero são deturpadas pela construção de uma ideologia de gênero, desta forma a ESP, segmenta a sexualidade como opção como de fato deve ser tratada. Neste cenário, fica evidente que o foco não está na humanização e respeito ao ser humano, mas sim na construção de um cenário de ódio, com ênfase em construir o conflito para gerar tensões entre as camadas da população de diferentes expressões políticas. Contudo, por que se utiliza ESP em tais expedientes desagregadores sociais para criar caos?

A ESP representa a ponta de lança camuflada, do movimento neofacista que foi instaurado no Brasil a partir da eleição de **JMB** em 2018. Visto que a vertente fascista tem como premissa corroer por dentro, utilizando-se de pautas morais e de costumes para manipular via ideologias/dogmas distintos e ensinamentos, inclusive religiosos, divergentes para promover a ignorância, pois se fundamentam no senso comum e acirram o sentimento de ódio.

Para explicitar com maior propriedade científica a grave situação que vivencia a sociedade, especificamente quanto a educação brasileira, amparamos nossa análise na obra *“Escola Sem Partido”: a imagem da esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, de 2017, organizado por Gaudêncio Frigotto, que anteviu o cenário caótico que as manifestações de 2013 e 2014, somado ao Golpe Civil de 2016, levariam a um 2022 tóxico, onde a convivência no trabalho entre sujeitos de correntes políticas distintas da extrema-direita fascista têm levado ao enfrentamento de todo tipo de constrangimentos, do desrespeito ao silenciamento nas instituições educacionais. Assim, destacaremos na tabela a seguir, os resumos desta obra, dado a sua contribuição imprescindível para a interpretação da temática em questão destacando: título, autor(es), citação de relevância e a síntese de cada capítulo:

Quadro 4. Resumo e análise da obra “Escola Sem Partido” ...

	Título	Autores	Citação	Análise
1	Resistindo aos dogmas do autoritarismo	Maria Ciavatta	Os artigos que compõem a coletânea indicam que precisamos: insistir na organização política para resistir à conjuntura do golpe parlamentar, midiático e jurídico ainda em curso, em toda sua virulência; e entender a base econômica nacional e internacional que motivou todo o processo, a ideologização dos falsos argumentos que romperam a ordem democrática e sua expressão na educação e a ideologia do Escola Sem Partido e de outros movimentos semelhantes. (p. 7)	Ciavatta (2017) aponta para a ideologização como premissa defendida pela ESP, pautando sua articulação que objetiva o rompimento do estado de direito. Para a autora, como projeção em relação aos falsos argumentos, de 2017 para 2022, pode-se observar o cenário inundado de <i>fake news</i> que são plataformas de alienação promulgada na Gestão JMB. Assim, se faz necessário abertura para o diálogo, e possibilitar às novas gerações a compreensão de que o silenciamento imperado por correntes como a ESP detém o foco em estripar da sociedade o real conhecimento dos seus direitos e liberdades no que tange sexualidade, ideologia política e religiosa.
2	A gênese das teses do “Escola Sem Partido”: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação	Gaudêncio Frigotto	O que sustenta a violência do golpe se apresenta numa esfinge aparentemente menos voraz, a saber: um sistema jurídico parcial e alinhado predominantemente não na defesa da justiça, mas da lei produzida pela classe detentora	Para Frigotto (2017) a ESP representa produto de uma estrutura organizada e sistematizada, que ao juntar mercado religioso, judiciário tendencioso e capital de mercado neoliberal, consegue atingir parte considerável da população que ainda detém, em sua personalidade, um

			<p>do capital; um parlamento construído pelo poder econômico, no qual se inclui hoje o mercado religioso que explora a boa-fé, especialmente dos setores mais pobres, estes mantidos na ignorância pela negação da escola básica e pelo monopólio das corporações da mídia empresarial martelando e moendo os cérebros na construção de 'verdades' que interessam às forças autoras do golpe. (p. 30)</p>	<p>perfil preconceituoso e segregador edificado no período da ditadura militar e influenciado por governos alinhados com a ditadura como foram o de Sarney e Collor. Assim, os sujeitos de meia idade e seus filhos jovens adultos são, ainda, produtos de um processo educacional reacionário que apresentam os resquícios preconceituosos dessa parte da história brasileira, e se apoiam em doutrinas opressoras para que haja continuidade da classe dominante no poder. É pertinente destacar o quanto a alienação retornou nos 4 anos da Gestão JMB (2018-2022), e foi alimentada, levando aos 58 milhões de votos conquistados no pleito de 2022 que determinaram quem sentaria na cadeira da presidência da república. Necessário se faz retornar à independência que os espaços escolares necessitam ter, pois são neles que casos de abuso sexual infantil e violência doméstica podem ser descobertos pelas entidades de defesa a criança, adolescente e mulheres. Logo, a educação por conscientização não representa apenas uma questão de</p>
--	--	--	---	---

				formação educativa, mas, sim, ambiente para proteção da integridade e construção da identidade das próximas gerações.
3	O “Escola Sem Partido” como chave de leitura do fenômeno educacional	Fernando de Araújo Penna	Então, por que eu adotei essa outra estratégia na apresentação, conversei mais com vocês sobre o discurso do Escola Sem Partido? Nós temos que continuar pressionando para impedir o avanço, no legislativo, desses projetos, mas algo que me assusta muito é o fato de esse discurso já estar sendo compartilhado por parte da nossa sociedade. Muitos acham que os professores devem ser denunciados. Eu tenho viajado muito pelo Brasil, em vários Estados, discutindo esse projeto e, em absolutamente todos, eu ouvi pelo menos uma narrativa de professores que foram demitidos, afastados, ameaçados, coagidos, e o que me assustou muito, professores que falaram para mim explicitamente ‘Fernando, eu já não discuto mais Marx em sala de	A fala de Pena (2017) é assustadora, contudo, de extrema pertinência, pois trata-se da realidade período da exposição de seu relato, mas, em 2022, é situação que está mais avançada. Estamos vivendo um período de reatividade, em que que a punição ainda não foi legislada, mas a imposição é de grande expressão e, somada aos discursos reacionários com o viés bolsonarista, por defesa pessoal, os educadores estão sendo silenciados antes mesmo da aprovação de leis que legitimem a ESP. Ao construir um discurso pautado em questões sexuais, cria-se um cenário de medo, pois a forma que a interpretação equivocada e tendenciosa que os pais podem fazer, por exemplo, gera nos educadores medo de tocar em assuntos de cunho sexual, como questões básicas, ou seja, o uso de preservativos e os riscos de abortos em clínicas clandestinas. Observa-se assim um contexto de evitar a liberdade, marcado

			<p>aula. Eu discuto Adam Smith, mas Marx eu não discuto. Eu não discuto gênero em sala de aula, eu tenho medo de ser processado'. (p. 48)</p>	<p>pelo silenciamento da proteção ao corpo e a construção de uma identidade livre para escolhas e desejos, um total retrocesso que se assemelha à "Inquisição", realizada no período das Cruzadas, pela Igreja Católica.</p>
4	Breve análise sobre as redes do "Escola Sem Partido"	Betty R. Solano Espinosa; Felipe B. Campanuci Queiroz	<p>Ante ao exposto, podemos afirmar que não passa de uma grande armadilha a preconização de que o Escola Sem Partido possui natureza apartidária, e que não possui 'qualquer espécie de vinculação política, ideológica'. A ARS nos permite perceber a profundidade das relações nitidamente partidárias entre os ideólogos do Escola Sem Partido com parlamentares com posições políticas retrógradas e conservadoras, nos três níveis da federação brasileira. Também pôde ser destacado o forte vínculo do Escola Sem Partido com partidos ligados a segmentos evangélicos, como, por exemplo o</p>	<p>Os autores apontam para o comportamento encoberto de vender um ideal de escola neutra, a dita "sem partido". Todavia, na prática, o que se observa é o contrário, isto é, os principais patrocinadores e difusores da proposta são os partidos de extrema-direita e partidos vinculados a religiões evangélicas. Neste âmbito, fica evidente que o foco não é a neutralidade, mas, sim, a alienação dos jovens, e a desconstrução dos seus direitos. E o grande problema está no fato de que o movimento em questão se encontra em todos os níveis políticos (municipal, estadual e federal), sendo necessário um movimento contrário de fortalecimento da defesa do direito dos jovens à informação para evitar a alienação pela falta de acesso à comunicação.</p>

			PSC, cujo presidente é um pastor evangélico. (p. 61)	
5	“Escola Sem Partido”: o que é, como age, para que serve.	Eveline Algebaile	Uma escola que funcione como uma experiência crucial para os que a produzem cotidianamente é tudo de que precisamos para que professores, alunos e pais de alunos avancem nas suas formas de compreender a si, ao mundo e aos outros. Num quadro de realização da escola em que esses sujeitos não sejam previamente contrapostos uns aos outros, em que não sejam incitados a se verem como inimigos, e em que as condições de trabalho e estudo não estilhassem suas energias e disposições, certamente haverá discordâncias e conflitos, mas estes poderão, na sua maioria, ser pensados e tratados, fundamentalmente, como elementos dinâmicos de um processo coletivo de formação, e não como objeto de suspeita, censura e judicialização. (p. 74)	Algebaile (2017) olha para aquilo que se faz necessário nos espaços escolares, destacando o sujeito como ser, agente do processo que se constrói de modo contínuo. Logo, é pertinente entender que aproximações, tensões e contradições são necessárias para o avanço de uma sociedade como um todo. Pois, através do diálogo entre os sujeitos que se relacionam é que podem emergir as pautas que precisam ser revistas e discutidas, uma vez que a postura fundamentalista é incapaz de dialogar com a ciência, pois se utiliza de justificativas inconcebíveis que geram censuras e silenciamentos da categoria professoral.

6	"Escola Sem Partido": a criminalização do trabalho pedagógico	Marise Nogueira Ramos	O nome 'sem partido' também não é inocente: sob a roupagem de se defender que a escola não 'tome partido' de alguma ideologia, aproveita-se da reação que a sociedade brasileira tem mostrado em relação aos partidos políticos – face a marcas fisiológicas que atravessam a histórica de vários deles – como artifício de sedução e adesão dos cidadãos a suas ideias. Com isto, esvazia-se profundamente o sentido da política para que a sociedade – na forma de um consentimento ativo ou passivo – delegue o poder àqueles que historicamente oprimem os que não se enquadram nos padrões hegemônicos de uma classe dominante autoritária e escravocrata. (p. 85)	O esvaziamento de sentidos é bem claro nos apontamentos da autora, destacando o fator descrédito que a mídia instaurou nos últimos anos na população quando o tema é política. Os idealizadores da ESP surfam na onda de descontentamento e desprendimento da sociedade para com a necessidade de eleger seus representantes para cargos no executivo e no legislativo. Assim, vender o termo "sem partido" para aqueles que não aprofundam na leitura quanto a análise do que estes idealizadores tanto vendem quanto podem comprar e compram, ou seja, uma filosofia que não existe, torna-se fácil, pois são iludidos pelo <i>marketing</i> da ocultação, assim, a passividade por si só representa fator negativo que fomenta a alienação e restringe a população de acesso ao diálogo.
7	Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao	Amana Mattos (org)	Apostar numa lógica de transmissão cultural linear e instrumental, como preconiza o Escola Sem Partido, é apostar	Mattos (2017) explicita que a neutralidade em espaços em que decorre o processo relacional é algo utópico, visto que em qualquer relação a isonomia é algo

	Projeto de Lei “Escola Sem Partido”		num modelo de ensino que toma estudantes como incapazes de participar de seu processo de educação e da sociedade mais ampla, por conta da sua condição de aprendiz. De acordo com essa lógica, a participação fica postergada para o futuro. (p.100)	praticamente inexistente. Logo, os fascistas que comercializam tal vertente objetivam incapacitar a população para o diálogo, dessa forma, o aprendiz de hoje é ceifado dos seus direitos em ser partícipe no processo de construção da sociedade que ele e seus sucessores irão viver.
8	“Escola Sem Partido”: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades	Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara(org)	O projeto do Escola Sem Partido levado ao seu limite vai corroer as relações humanas dentro da escola que, entre processos judiciais e ‘silenciamentos’, poderá chegar ao ápice de nem precisarmos mais de professores. Um bom telecurso de uma organização governamental ou do sistema Globo, aliado a policiais garantindo a disciplina, já fará o papel de ‘entretenimento’ e gerenciamento das agonias das crianças e jovens pobres. (p.116)	As autoras da reflexão abrem o olhar perante a robotização e doutrinação aprofundada da sociedade, apontando como exemplo o velho e arcaico Telecurso da Rede Globo, que nada mais é que o MOBREAL, repaginado após o fim da ditadura militar. Outro paralelo destacada pelas autoras, em 2017, vai de encontro com a expansão quantitativa de colégios militares desde a eleição de JMB, em 2019, isto é, com tal premissa, juntando as tecnologias da informação com o militarismo, a ESP, comercializa seu ideal de exclusão da figura do professor para eliminar a construção do pensamento crítico e científico, com vistas a facilitar a terceirização e compra de tecnologia dos países desenvolvidos, e assim concretizar

				a relação entre o neoliberalismo como financiador e apoiador da ESP.
9	A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo	Rafael de Freitas e Souza Tiago Fávero de <i>Oliveira</i>	Por fim, observa-se que o referido projeto traz prejuízo grave à formação cidadã dos estudantes brasileiros: a criminalização da política. Ora, numa república democrática, a formação política dos cidadãos é condição essencial para a manutenção das instituições e a justa organização do Estado. Se, de acordo com uma conhecida máxima: ‘não há solução para os problemas de um país fora da política’, caberá à escola tomar partido e assumir para si a responsabilidade de formar cidadãos com sabedoria e conhecimento (logos), aptos a intervir na ordem social, no intuito de criar um mundo mais justo e menos desigual. Afinal, como ensinou Antônio Gramsci, viver significa tomar partido. (p. 130)	Os autores são mais enfáticos e destacam que o movimento da ESP representa a criminalização da política nacional ao excluir a possibilidade da criança e do adolescente de acessar informações básicas que, a depender do olhar destes, competirá única e exclusivamente a eles escolher qual vertente política seguirão. Não seguir nenhuma também é uma escolha que pode ser feita por esses sujeitos, contudo, é dever da sociedade e da escola possibilitar a eles o acesso à informação, e aos conhecimentos necessários sobre o que cada matriz política defende e suas principais premissas. A desinformação sempre foi e será o maior mal para qualquer sociedade, independentemente do espaço geográfico ou temporal que ocupe.

10	Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do “Escola Sem Partido”	Paulino José Orso	O momento atual, ao contrário de exigir o rebaixamento da qualidade da educação e o afrouxamento da capacidade crítica, revela a necessidade de maior aprofundamento teórico e crítico. Se a prática educativa e a reflexão sobre o atual PPP, demonstram sua inconsistência, seu anacronismo e sua inoperância, tanto em função dos fins a que a educação se propõe, quanto das exigências que lhe são impostas pela sociedade, ao invés de amolecer, adocicar e rebaixar a proposta, trata-se de ampliá-la, enriquecer o currículo para proporcionar uma sólida formação teórica, metodológica e prática aos futuros educadores. (p. 137)	Orso (2017) aponta a penetração da ESP, por parte de secretarias de educação e escolas de pais, na construção dos PPPs. Fator de extrema preocupação, pois compete aos profissionais de carreira a construção destes documentos, visto a representatividade técnica dos mesmos. Se faz necessário destacar a insipiência frente à ciência de fato, pois, a influência e presença das figuras religiosas estão contaminando o caráter científico dos documentos norteadores que guiam o sistema educacional brasileiro.
----	--	-------------------	---	--

Fonte: Os autores com base em Frigotto (2017).

É urgente compreender que a ideologia/representação do “Escola Sem Partido” está além do discurso ou comercialização de uma ideia. Mas, sim, representa um movimento plenamente organizado pela extrema-direita, que se fundamenta e se alicerça nos preceitos do período da ditadura militar. De acordo com Algebaile (*apud* FRIGOTTO, 2017) é pertinente apontar para a roupagem contemporânea utilizada pelos idealizadores desse movimento político, desde 2004, através do site www.escolasempartido.org, usado para disseminar essa corrente de pensamento alienante.

De início é fácil entender o uso de plataformas de indexação não nominais para deflagrar as posições desse grupo. Isto é, ao instaurar a instituição “Escola Sem Partido”, este passa a ser um sujeito com identidade própria, com voz e representação para seus Partidos, não correm o risco da responsabilização, tampouco de enquadramento criminal para os disseminadores desse ideal fascista. Assim, os idealizadores e atores responsáveis pelo ESP não são identificados, cenário que legitima a impunidade e a preservação da identidade dos pulverizadores de ódio da extrema-direita.

Para evidenciar tal dinâmica Algebaile (*apud* FRIGOTTO, 2017, p. 64) destaca que

Sua atuação tem como principal suporte um site que funciona como um meio de veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização relativos ao que seus organizadores entendem como ‘práticas de doutrinação’, que seriam identificáveis em aulas, livros didáticos, programas formativos ou outras atividades e materiais escolares e acadêmicos.

É nesse aparato que temos que compreender a atuação dos vários ministros da Educação no Governo do Presidente Jair Bolsonaro. O destaque acima converge com a visão ideológica, unanime, de todos os ministros que passaram pelo cargo, bem como daquele que se encontra à frente da pasta do MEC. Mesmo que com origens distintas, economistas a pastores, o que os torna

semelhantes é fato de que todos foram ou são deflagradores e representantes do movimento “Escola Sem Partido”.

Neste íterim, conclui-se que o principal pré-requisito para ocupar a pasta em questão é estar vinculado ideologicamente a este movimento. Assim, a operacionalização central do desmonte, vivenciado de forma estrutural no MEC, representa a desconstrução do Estado de direito, laico e de liberdade de expressão. Desta forma, ao cercear manifestações de enfretamento ao desmonte educacional foram silenciados os sindicatos, as associações e ONGs que, historicamente, representaram espaços para o debate e construção de manifestos de defesa do Estado laico.

Para corroborar o alinhamento político exposto acima, e evidenciar tal estruturação, ainda neste âmbito, Algebaile (*apud* FRIGOTTO, 2017, p. 66) explicita que

Outra situação ambígua se dá em relação à forma como se vinculam à organização os parlamentares signatários dos projetos de lei similares aos modelos fornecidos pelo ‘Escola Sem Partido’, apresentados em nível federal e em diversos estados e municípios. Ao assumirem a apresentação desses projetos, seguindo os modelos divulgados ou detalhando alguns de seus aspectos, esses parlamentares mostram-se diretamente vinculados ao programa de ação da organização, constituindo uma espécie de braço parlamentar por meio do qual é ampliada sua militância sistemática em favor das bandeiras do ‘Escola Sem Partido’. Todavia, no site, tais parlamentares tendem a figurar mais como apoiadores do que como membros permanentes da organização, ainda que a página específica destinada à divulgação do “anteprojeto de lei contra a doutrinação nas escolas”,⁶ cujo acesso pode se dar por meio de uma ramificação da página do ‘movimento’ ‘Escola Sem Partido’,⁷ revele que a vinculação orgânica entre o ‘Escola Sem Partido’ e segmentos parlamentares está se dando por meios cada vez mais sistemáticos

Fica evidente que o processo de alienação, via “Escola Sem Partido”, está em curso, e antecede a chegada de Bolsonaro (2019-2022) ao planalto, pois trata-se de um movimento que vem se o manifestando desde 2013 quando fez coro com a não aceitação da vitória legítima da ex-presidenta Dilma, impedida pelo Golpe Civil de 2016. Devemos apontar o alinhamento dos parlamentares do

dito centrão e da extrema-direita que, na última década política da nossa nação, com destaque para o personagem “Sérgio Moro”, elaborado em detalhes mínimos o enredo para segregar e construir as tensões extremistas que vivenciamos de 2016 às eleições majoritárias em 2022.

Ao comercializar a vertente do “Escola Sem Partido” como anteprojetado, a ideia está em agregar ao movimento em questão a parcela da população que ficou descrente com a turbulência estruturada pela Operação Lava-Jato em Curitiba. Otimizando, desta forma, o descrédito da sociedade com relação à política que foi criminalizada, materializando o ódio e repulsa às manifestações de defesa de justiça social e redistribuição de renda. Cenário no qual são operacionalizados os desmontes, em especial no MEC, ao aparelhar de forma robusta a CAPES, modificando bruscamente critérios de avaliação, no meio do quadriênio que já estava em andamento, no que tange as avaliações dos cursos de mestrado e doutorado.

O Ministério da Educação, na gestão Bolsonaro, constitui-se em instrumento dos ministros que passaram a desestruturá-lo, como Weintraub, que deu ênfase às ações na Educação Básica, lentificando e dando canetadas no INEP, contingenciando os recursos financeiros e desorganizando sistematicamente a execução e organização do INEB e ENEM. Por vezes, intervenções ao judiciário ocorreram, bem como provocações como as do Senador Randolf (REDE), e atrocidades como as tentativas de acesso às salas secretas de elaboração das provas do ENEM que foram feitas por parte do ministro e do próprio Bolsonaro.

Já no ensino superior, como mais um destaque negativo, tivemos o pastor Milton Ribeiro, que operacionalizou ataques ao sistema de avaliação do ENADE, mas concentrou o desmonte na CAPES. Ministro que chegou a desconstituir o plano da Câmara de Avaliação da CAPES, operou o atraso na atualização dos qualis das revistas científicas, paralisadas em suas avaliações desde 2016. Ações de congelamento como o do qualis, assim como as inferências junto às avaliações quadrienais representam a tentativa

de aparelhagem organizada nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Visto que nesses espaços, em especial o das ciências humanas e sociais, há o enfiamento e construção de orientações técnicas numa ação e força contrária ao cerceamento da liberdade de expressão. Assim, o movimento “Escola Sem Partido”, vai além das questões que envolvem orientação sexual, ideologia de gênero, entre outros, ele interfere na estrutura de organização, avaliação e condução das atividades da pasta do MEC.

Penna busca pensar o “Escola Sem Partido” como um discurso que vem sendo compartilhado desde 2004, quando o movimento foi criado, e que se apresenta desde então como uma “chave de leitura para entender o fenômeno educacional”, assim como “a ameaça apresentada por esse discurso e os projetos de lei que incorporam suas ideias”, contraditórios à legislação educacional atual. O “Escola Sem Partido” utiliza-se de uma “linguagem próxima do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas”, e expande-se por meio de memes, “imagens acompanhadas de breves dizeres”, por “quatro elementos principais: primeiro, uma concepção de escolarização; segundo, uma desqualificação do professor; terceiro, estratégias discursivas fascistas; e, por último, a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos”. Contém estratégias discursivas fascistas através de “analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor”, tratando-o como “um monstro, um parasita, um vampiro” na forma de memes ofensivos, incluindo Gramsci e Paulo Freire. Instalam um “clima de denunciamento” e “um discurso de ódio” (MARX, 1987, p.?).

Capítulo III

Ministério da Educação - atuação de desconstrução da Educação

A partir dos apontamentos que comprovam o desmonte do ensino superior, onde destacam-se os cortes de recursos após a eleição de Bolsonaro, empreendemos uma análise dialética via levantamento das inúmeras *LIVES* que foram produzidas e constituíram instrumentos de defesa da educação pública brasileira em tempos de isolamento social na Pandemia dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais, das Universidades Privadas e Universidades Confessionais, pelas Associações da Categoria de professores com o intuito de enfrentar os desafios, quer nos cursos superiores quer na pós-graduações *stricto sensu*.

Esse período foi fortemente marcado pelo maniqueísmo por parte do ME e CAPES, caracterizando um processo punitivo à independência que o ensino superior e as pós-graduações *stricto sensu* conseguiram construir ao longo de sua história.

Selecionamos as *LIVES*: “ANPEd 12.08 - Avaliação dos PPGs e a área das Humanidades em tempos de Pandemia” e “História em Pauta: Crise na CAPES: Conversa com a coordenação da área de História”, que em suas análises referentes à atuação da CAPES apresentaram os mecanismos de perseguição por parte do Governo Federal no estabelecimento do sistema de restrições de ações e recursos com o intuito de operar retrocesso nos avanços científicos dos últimos 4 anos.

O movimento de retrocesso na educação brasileira ocorreu em todos os níveis da Educação Básica, bem como nas pós-graduações *stricto sensu*, tendo sido iniciado após o Golpe Civil de 2016, com o desmonte das políticas públicas de educação, isto é, projeto da

classe dominante com o intuito de desmoralizar pela lógica da desqualificação as instituições e os professores/as que têm sido vítimas dos ataques de descaracterização das carreiras, da inviabilização de produção da ciência e tecnologia, via sistemáticos e crescentes cortes no orçamento pelo contingenciamento dos recursos públicos.

O desmonte dos campos científicos faziam parte da agenda do ME e da CAPES e contou com várias fases: destituição de órgãos colegiados, não homologação das eleições respeitando a lista tríplices das universidades federais, desarticulação do sistema de avaliação da própria pós-graduações *stricto sensu*. A indicação de gestores bolsonarista que praticaram barganhas e ilicitudes foram materializadas em denúncias junto a PGR, pela ministra Carmen Lúcia do STF, que apresentou manifestações de irregularidades no MEC que partem da ocupação de cargos com desvios de fins à existência de um gabinete paralelo de pastores no ministério em questão. Cenário que comprova a presença de uma sistemática desconstrução da independência e seriedade daqueles que fiscalizam e avaliam os parâmetros curriculares de todos os níveis de ensino de nossa nação.

O ser e estar professor, historicamente, representa uma profissão sensível e com tendência a propiciar e/ou aflorar doenças, porém o cenário vivido pelos docentes da pós-graduações *stricto sensu* potencializou e agravou o nível de adoecimento relacionado ao exercício da profissão. No curso da tese doutoral que concluímos em 2020 encontramos este contexto que ficou comprovado via amostra científica de entrevistas, adoecimento este agravado com o isolamento social e as milhares de mortes que poderiam terem sido evitadas se não fosse o negacionismo bolsonarista.

De acordo com a LIVE “Discussões sobre a saúde mental de professores em tempos de pandemia” e “Oficina de Trabalho com Docentes - Prazer, Sofrimento e Adoecimento no Trabalho Docente”, os palestrantes debateram o quanto o agravamento do adoecer está intimamente vinculado ao processo de exigências infundadas, aos atos de perseguição e retaliação, em especial

voltados aos professores de pós-graduações *stricto sensu* de áreas como educação e humanidades.

Aprofundando nestas áreas, educação e humanidades, as LIVES “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia: entre ataques e desvalorização” e “Fadiga pandêmica e adoecimento docente”, explicitam que os comportamentos de deboche e retaliações não são velados como em décadas anteriores, mas, sim, abertos nas falas do atual presidente da república e seus correligionários. Assim, ao relacionar as duas tabulações realizadas frente às LIVES, comprovamos uma estruturação do desmonte, onde os cortes de verbas e punições aos docentes do ensino superior trazem como consequência o adoecimento dos profissionais, comprovando o ideal neoliberal dos agentes do capitalismo em extinguir espaços de produção científica, analítica e crítica, dentro do campus universitários, o que significa o retorno ao período de clausura da ditadura militar.

De acordo com Rossi e Tude (2021), os cortes orçamentários representam um processo estrutural que imprime significados e efeitos nocivos à sociedade como um todo, cenário que traz desafios absurdos, que atingem as instituições em sua funcionalidade e que vai da falta de itens básicos de higiene ao fornecimento de água, energia e *internet* nos espaços escolares. Com o respectivo ambiente, os autores apresentam a tabulação a seguir:

Tabela 1. Dotações orçamentárias

Tabela 1: Dotações orçamentárias das Universidades Federais no período 2013-2020				
Ano	Investimento	Custeio	Total	Varição
2013	5.142.070.000,00	11.228.800.000,00	16.370.872.013,00	100,00%
2014	4.790.400.000,00	10.979.260.000,00	15.769.662.014,00	96,33%
2015	4.180.010.000,00	10.756.320.000,00	14.936.332.015,00	91,24%
2016	2.671.040.000,00	9.852.320.000,00	12.523.362.016,00	76,50%
2017	1.627.720.000,00	8.951.250.000,00	10.578.972.017,00	64,62%
2018	915.990.000,00	8.754.500.000,00	9.670.492.018,00	59,07%
2019	853.981.000,00	8.588.820.000,00	9.442.803.019,00	57,68%
2020	883.760.000,00	8.170.680.000,00	9.054.442.020,00	55,31%

Fontes: Rossi e Tude (2021)

A tabela acima, extraída dos dados da plataforma do tesouro nacional, comprovam o desmonte que debatemos na tese de 2020 e que foi dialogada, por vezes, nas *LIVES* assistidas e tabuladas neste E-BOOK. Os dados comprovam que os cortes de recursos até 2020 somam 55,31%. Tais dados não são fictícios e nem fazem parte de algum consórcio de informação, são, à integra, retirados das publicações que constam nos portais governamentais da transparência. Com os reflexos negativos da publicidade dada a essas informações, tentamos atualizar os dados, como visto, frente às questões de atraso nas avaliações dos períodos pela CAPES que, desde 2019, estão congelados. Tal movimentação reforça um ambiente de regresso a atos materializados no AI-6, onde o governo escondia informações baseado em falhas de estrutura, e coagia aqueles que o questionavam.

Com a pressão que a sociedade denotou, visto os excessivos questionamentos, é notório a nebulização de dados que, quando são publicados nos portais de transparência, são generalistas. Assim, Rossi e Tude (2021) conseguiram chegar aos dados generalistas, os quais comprovam o cenário de desmonte da educação, a seguir:

Tabela 2. Orçamento de Despesa por área de atuação

Tabela 2 - Orçamento da Despesa por área de atuação (função) do Governo Federal – Área Finalística															
	2014 (R\$)	2015 (R\$)	V%	2016 (R\$)	V%	2017 (R\$)	V%	2018 (R\$)	V%	2019 (R\$)	V%	2020 (R\$)	V%	2021 (R\$)	Varição (%)
Agricultura	18.851.839.975,87	21.628.517.308,76	14,7	25.908.772.483,66	20,2	23.226.443.291,02	-10,6	22.828.549.925,41	-1,7	21.908.317.266,25	-4,0	20.198.769.530,81	-7,8	12.539.476.572,89	-37,9%
Assistência social	70.433.458.815,51	73.231.136.410,20	4,0	79.760.646.905,41	8,9	84.718.166.402,85	6,2	88.678.803.759,65	4,7	95.973.703.167,08	8,2	423.583.684.282,52	341,4	130.073.316.284,26	-49,3
Ciência e Tecnologia	14.236.349.381,29	8.537.621.355,92	-40,0	7.325.466.434,87	-14,2	7.483.518.954,58	2,2	7.602.822.624,91	1,6	7.248.729.775,71	-4,7	7.318.370.016,33	1,0	2.531.117.285,16	-65,4
Comunicações	1.516.608.507,18	1.446.066.079,95	-4,7	1.420.376.006,86	-1,8	1.262.769.104,02	-11,1	1.418.986.844,31	12,4	1.396.546.477,61	-1,6	1.836.280.944,96	31,5	1.267.214.513,36	-31,0
Comércio e serviços	4.983.156.540,55	4.261.112.364,29	-14,5	3.206.783.122,67	-24,7	2.893.574.882,05	-9,8	4.739.486.209,83	63,8	2.899.217.528,58	-38,8	7.961.234.426,50	174,6	3.299.695.178,36	-58,6
Cultura	1.835.787.687,54	1.867.416.088,66	1,7	1.939.529.497,31	3,9	1.904.144.069,80	-1,8	1.999.667.407,80	5,0	1.808.382.861,15	-9,6	1.260.148.701,50	-30,3	540.884.528,74	-57,1
Defesa nacional	40.250.272.884,70	41.424.403.141,07	2,9	62.091.542.578,11	49,9	68.701.012.217,81	10,6	76.872.103.002,58	11,9	84.284.262.968,94	9,6	82.379.949.941,71	-2,3	55.371.666.066,64	-32,6
Desporto e lazer	2.444.762.414,56	2.074.412.495,24	-15,1	1.441.444.800,11	-30,5	1.298.227.685,63	-9,9	1.247.153.560,09	-3,9	1.333.611.079,56	6,9	596.632.003,04	-55,3	196.895.143,57	-47,0
Direitos da cidadania	1.489.530.623,33	1.325.984.308,67	-11,0	2.416.012.833,10	62,2	1.772.106.473,28	-26,7	1.541.279.472,63	-13,0	2.405.061.192,78	56,0	1.443.512.792,38	-40,0	538.992.490,42	-62,7
Educação	93.897.205.425,65	103.779.614.560,55	10,5	106.738.168.651,59	2,9	111.405.396.355,76	4,4	112.190.976.092,05	0,7	114.075.570.349,66	1,7	105.375.040.044,45	-7,6	78.002.947.605,52	-26,0
Energia	1.160.244.802,13	1.886.424.789,96	62,6	1.901.690.428,01	0,8	1.911.790.578,18	0,5	2.011.409.993,12	5,2	2.702.982.425,31	34,4	1.628.375.218,86	-39,8	1.052.552.285,00	-35,4
Gestão ambiental	6.792.097.023,85	4.840.686.704,89	-28,7	5.575.463.928,03	15,2	4.186.968.610,01	-24,9	4.640.334.003,52	10,8	4.770.109.447,89	2,8	4.791.858.089,88	0,5	1.772.863.521,12	-63,0
Habituação	47.587.018,33	68.608.429,49	44,2	85.381.162.826,94	44,4	51.351.554,20	34,6	18.530.684,98	-63,9	21.506.500,00	16,1	77.460.407,00	260,2	5.372.299,99	-93,1
Indústria	4.716.110.425,40	4.568.941.254,48	-3,1%	2.357.999.866,24	-48,4	2.293.022.929,96	-2,8	2.241.628.365,89	-2,2	1.909.924.530,00	-14,8	1.744.614.214,09	-8,7	1.002.144.342,81	-42,6
Organização agrária	4.292.230.105,80	3.091.101.291,63	-28,0	2.986.742.338,23	-3,4	2.753.996.299,95	-7,8	2.709.815.098,06	-1,6	1.938.279.340,92	-27,7	1.908.495.014,21	1,5	710.954.348,80	-64,2
Previdência social	483.771.010.577,23	530.684.596.975,49	9,2	583.975.447.746,41	10,0	642.661.831.725,26	10,0	670.521.735.428,04	4,3	711.132.332.424,63	6,1	750.984.047.576,24	5,6	511.754.955.072,67	-31,9
Saneamento	1.691.433.568,68	1.093.555.474,56	-35,3	563.574.028,61	-48,5	858.728.938,56	52,4	921.150.484,67	7,3	514.804.925,16	-44,1	889.681.580,99	72,8	216.842.689,84	-75,6
Saúde	94.065.346.000,55	102.093.782.976,83	8,5	108.288.384.482,50	6,0	117.602.483.172,46	8,6	120.871.632.323,48	2,8	125.933.858.365,08	4,2	164.603.912.463,03	30,7	106.263.128.372,42	-35,4
Segurança pública	8.945.185.298,87	9.035.951.435,95	1,0	9.715.492.470,72	7,5	10.860.870.233,63	11,8	12.451.251.853,48	14,6	11.105.803.199,24	-10,8	13.823.128.499,76	24,5	7.276.218.496,12	-47,4
Trabalho	71.639.538.842,98	67.328.190.166,35	-6,0	62.409.670.573,00	7,5	71.493.605.521,03	-1,3	72.391.739.114,40	1,3	74.297.402.647,53	2,6	77.234.347.654,23	4,0	48.012.768.057,58	-37,8
Transporte	21.123.901.222,43	16.806.926.167,72	-20,4	14.217.272.943,78	-15,4	15.307.399.907,46	7,7	15.155.172.028,95	-1,0	12.224.514.539,42	-19,3	11.782.182.120,92	-3,6	7.092.578.184,10	-39,8
Urbanismo	4.142.871.787,60	4.370.785.072,54	5,5	3.825.101.166,71	-12,5	6.355.264.614,68	66,1	5.386.967.533,34	-15,2	7.472.849.244,07	38,7	8.295.389.680,51	11,0	622.035.954,59	-92,5%
Outros*	26.537.410.187,89	27.797.081.313,55	4,7	30.500.763.430,74	9,7	33.506.642.030,19	9,9	37.886.965.827,98	13,1	33.606.016.678,72	-11,3	35.390.749.755,23	5,3	21.574.406.964,55	-39,0%
Total	980.863.939.037,92	1.033.242.856.166,85	5,3	1.128.664.690.630,61	9,2	1.214.509.225.852,35	7,6	1.266.328.181.639,17	4,3	1.320.983.787.385,29	4,3	1.725.187.895.049,15	30,6%	991.884.126.995,51	-42,5%

Fontes: Rossi e Tude (2021).

Conforme os dados acima, generalistas, acerca das despesas do Governo Federal com a educação, de 2014 a 2021, ocorreu uma queda de 26%. Se relacionarmos que em 2014 tínhamos 202 milhões de brasileiros e em 2021 fechamos com uma população de 213 milhões de brasileiros, em 7 anos a população brasileira aumentou em 11 milhões de habitantes, contudo, os gastos com a educação caíram 26%. Dito isto, qual a lógica da redução de gastos visto aumento da densidade populacional?

A resposta é bem simples e objetiva, a fatia do bolo reduziu. Com isso temos um movimento em curso de retrocesso educacional no qual a alfabetização seguindo até o ensino superior estão

sofrendo perdas referentes aos avanços necessários para viabilizar o Estado Nacional laico e independente, que preze o direito de todos e a todos. Contexto comprobatório, presente em nossa tese, de que existe sim um desmonte, organizado e sistematizado, com a intencionalidade de alienar a população brasileira para facilitar a privatização e a entrega da nossa nação às potenciais exploradoras que querem aflorar a colonização sobre nós, em pleno século XXI.

3.1 Qualis: o terror da produção científica brasileira

O desastroso enfrentamento da Pandemia do COVID-19, devido às políticas negacionistas e à desqualificação da ciência pelo Governo Federal, propiciou a desorganização da educação e da saúde, em nível nacional, pois não foi construído um plano emergencial para lidar com o afastamento social, e isso levou à paralisação do ensino presencial. Foi imposta a lógica do ensino remoto em plataformas onde os custos da nova forma de trabalho passaram a ser financiado pelos próprios docentes, desde a *internet* aos equipamentos (celular, computador, local de trabalho, etc.). Todavia, especificadamente na pós-graduação brasileira (*stricto sensu*), que já passava por reformas ilógicas, desconexas e impossíveis de serem viabilizadas, foi imposto um contexto ainda mais reativo, uma vez que em plena pandemia, ao invés de congelar e paralisar os credenciamentos quanto às parametrizações regulamentares, em contrário, as regras de credenciamento e suas regulamentações foram alteradas dentro do próprio quadriênio.

Os Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* já haviam construído, há 3 anos, os planejamentos estratégicos para atender às normativas e exigências que já eram desumanas e opressoras nesse período e que foram estabelecidas pela CAPES. As mesmas foram modificadas mais uma vez pegando os programas de surpresa, isto é, sem o devido tempo para reverter a produção acadêmica e responder às novas exigências. O que significa dizer que tais mudanças no meio do quadriênio fazem parte do desmonte da

educação brasileira e, ainda, torna impossível mensurar os impactos de tal destruição no que diz respeito à Pós-graduação *Stricto Sensu*. A regulamentação da CAPES, regida via Portaria CAPES n.º 59/2017, foi alterada no curso das atividades dos programas por meio da Portaria n.º 182, de 14 de agosto de 2018.

De acordo com Guaciarema (1972) e Santos (2003), nos países desenvolvidos, as avaliações não são punitivas e os níveis de exigências não são irracionais. No Brasil foram criados critérios para classificar os trabalhos científicos publicados em periódicos e livros avaliados pela CAPES, classificados e hierarquizados, designados de Qualis.

O Qualis Periódicos e Livros foi

Criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1988, o Qualis Periódicos é um conjunto de procedimentos utilizados na avaliação de periódicos científicos no Brasil. Esse instrumento é fundamental quando se trata da produção intelectual, já que classifica os periódicos científicos. O Qualis Periódicos possui 8 classificações: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, com A1 sendo a classificação mais elevada que um periódico pode receber, e C, tendo a pontuação zero (PERIÓDICOS DE MINAS, 2022, p.1).

Para exemplificar uma das mudanças quanto às exigências de normas que deveriam ser cumpridas no quadriênio temos as publicações em revistas Qualis A, quando as normas anteriores permitiam e também pontuavam publicações com Qualis B. Essa mudança faz toda a diferença na avaliação da produção dos programas de pós-graduação, pois, o número de revistas com “Qualis A” é insuficiente não só para o quantitativo de programas quanto no que diz respeito aos pesquisadores que compõem os respectivos programas, bem como aqueles que desejam se credenciar às pós-graduações *stricto sensu*.

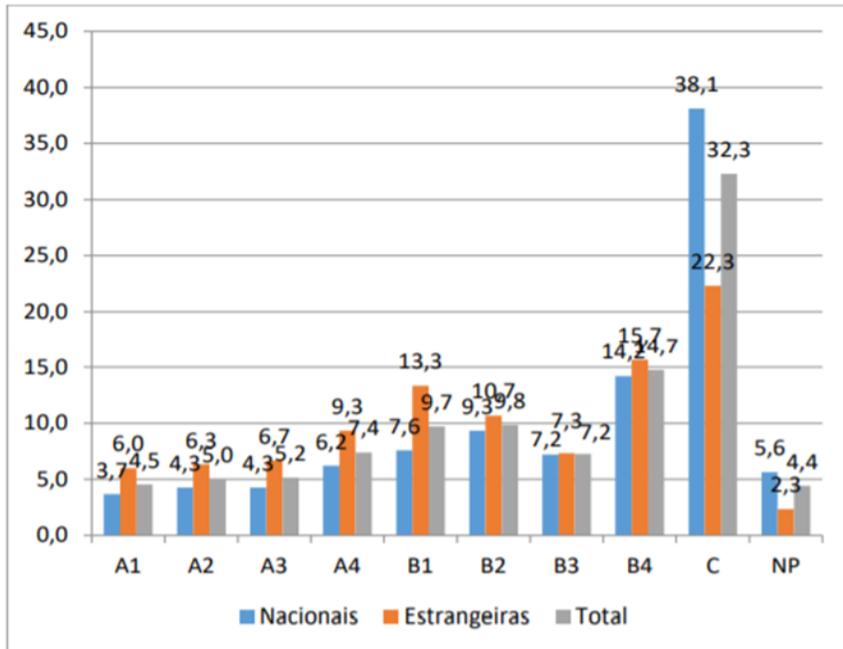
Realizamos o levantamento da relação quantitativa das revistas por Qualis que se constitui o espaço de produção dos artigos científicos, assim temos:

Tabela 3. Relação quantitativa de revistas por Qualis (2019)

Estrato	nº	%
A1	37	7,0%
A2	38	7,2%
A3	46	8,7%
A4	65	12,3%
B1	75	14,2%
B2	88	16,6%
B3	63	11,9%
B4	117	22,1%
Total	529	100%

Fonte: (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2019).

Gráfico 1: Percentuais de distribuição total dos periódicos por estrato, por definição de língua, incluindo C e NP

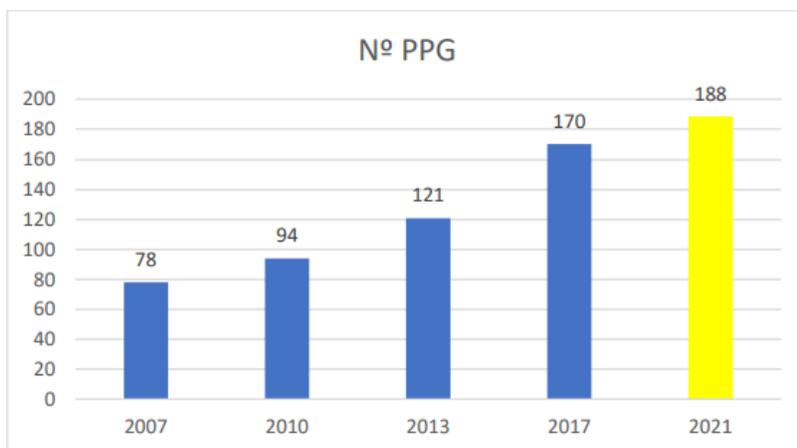


Fonte: Revista por Qualis, 2019 (PLATAFORMA SUCUPIRA).

O presente levantamento comprova o quanto são infundadas, na prática, as exigências operadas pela CAPES, visto que o quantitativo de possibilidades de espaços para publicar, de acordo com a tipologia dessas exigências, é algo impossível de se

concretizar, melhor dizendo, a conta não fecha, pois o número de programas e professores é superior às ofertas de publicação. De acordo com a avaliação quadrienal, realizada pela CAPES, conforme explicitado no “**Relatório de Avaliação - CAPES (Ciclo 2017/20)**”, publicado em 19 de dezembro de 2022, atualmente existem **188 programas**, sendo 137 acadêmicos e 51 profissionais, isto é, programas de pós-graduação *stricto sensu* ativos no Brasil. Assim, para evidenciar o curso dessa evolução, abaixo explicitamos o grau de crescimento a partir de 2007:

Gráfico 2. Evolução do número de PPG – Área de Educação



Fonte: Revista por Qualis, 2019 (PLATAFORMA SUCUPIRA).

De acordo com o relatório da avaliação quadrienal, a COVID-19 impactou no crescimento quantitativo no que se refere ao número de programas. Logo, os dados corroboram com o relatório da área coordenado pelo professor Robert Evan Verhine, da UFBA, em que da penúltima avaliação para a atual aumentaram apenas 18 programas, número considerado baixo se comparado com as avaliações anteriores. Para explicitar o cenário da área da educação, a tabela abaixo destaca por região a quantidade de programas existentes e as notas que foram atribuídas por regional.

Tabela 3. Distribuição dos PPG por região (do estado nacional) e Nota – Área de Educação

Nota	N	NE	SE	S	CO	TOTAL	
						n	%
Nota 3	8	14	10	6	4	42	22,3
Nota 4	7	18	45	23	12	105	55,9
Nota 5	1	6	15	17	2	41	21,8
Total	16	38	70	46	18	188	100

Fonte: Verhine (2008), N(Norte), NE (Nordeste), SE (Sudoeste), S (Sul), (Centro Oeste).

Os dados acima explicitam a realidade e concentração das melhores avaliação nas regiões sudeste e sul, cabe destacar que tais regiões recebem incentivos governamentais e não governamentais, além da reserva de mercado historicamente construída neste processo. Tal realidade se fez evidenciada no 2º turno das eleições presidenciais, em que o xenofobismo em relação a região nordeste foi plenamente escancarado e desvelado da ocultação tentada nas últimas décadas. Onde, a partir dos ataques ao nordeste ficou evidente o desdém e punição direcionada para fora do eixo sul-sudeste, fator que faz ser totalmente desigual os processos de avaliação.

A seguir destacamos a distribuição geral por nota:

Tabela 4. Distribuição geral dos PPG por Nota – Área de Educação 2019-2020

Nota	PPG	
	n	%
3	42	22,3
4	105	55,9
5	32	17,0
6	5	2,7
7	4	2,1

Fonte: Revista por Qualis, 2019 (PLATAFORMA SUCUPIRA).

Conforme dados numéricos fica evidente o quanto é complexa a realidade dos PPGs na área da educação, ou seja, a luta desigual que existe com relação ao número de programas e a quantidade concreta de revistas existentes. Sendo que, de acordo com a

Plataforma Sucupira, existem apenas 529 revistas com Qualis que são de fato aceitos para avaliação quadrienal (CAPES, 2019), quando, só na área da educação, existem 188 programas. Há um total de 4.512 PPGs no Brasil somando-se todas as áreas, assim, existem 8,52 PPGs para cada revista com reconhecimento de Qualis A ou B, diante de tal fato é inexequível que cada professor, de cada programa, publique 4 artigos em revistas A no quadriênio.

Tais exigências são fatores que nos fazem retomar as influências neoliberais do capitalismo no processo de ensino e aprendizagem, no Brasil, onde é praticamente impossível os programas atenderem às exigências da CAPES. Cenário que mostra em ação o projeto de desmonte da educação nacional por meio da segregação da ciência e pesquisa em nossa nação que, ao destruir o processo de formação do conhecimento e de dar abertura às inovações abre lacunas para a terceirização e o consumo dos produtos internacionalizados, o que, infelizmente, se comprava cada vez mais ser o caminho pleiteado pelos antagonistas do estado laico e de direito.

Para aprofundar os destaques acima, apresentamos um comparativo entre o processo avaliativo de 2017 (o penúltimo), e o último (2021), em plena Pandemia, publicado em dezembro do presente ano (2022):

Tabela 5. Comparativo da avaliação dos PPG da Área – 2017 x 2021

Notas	2017		2021		Cresc %
	n	%	n	%	
3	54	31,0	36	19,1	-38,3
4	70	40,2	102	54,3	34,9
5	40	23,0	36	19,1	-16,7
6	7	4,0	10	5,3	32,2
7	3	1,7	4	2,1	23,4
Total	174	100	188	100	

Fonte: Revista por Qualis, 2019 (PLATAFORMA SUCUPIRA).

Na Tabela (5) explicitada, fica evidenciada a complexidade para atingir as exigências da CAPES onde, na média, em 4 anos, apenas 1 programa conseguiu chegar ao conceito máximo (7); no conceito 6, 7 PPGs subiram para 10, ou seja, apenas 3 programas avançaram conceitualmente. Tais dados devem ser tratados e analisados minuciosamente, pois, no gráfico geral, o que por vezes é analisado e discutido, visualiza-se o crescimento de 23,4% no conceito 7, e 32,2% no conceito 6. Todavia, o percentual mascara a realidade que os PPGs da área da Educação vivenciam, visto o descaso e restrições que lhes são impostas.

Durante o processo investigativo nos debruçamos na análise dos dados produzidos pela comissão de 60 avaliadores dos PPGs na área da educação, contudo, em nenhum local da plataforma da CAPES foi possível encontrar o quantitativo de docentes. Nas tabulações temos os descritivos que foram pesquisados de forma minuciosa: QUALIS PERIÓDICOS; CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS; CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICO-TECNOLÓGICOS (PTT); CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ARTÍSTICOS E DE EVENTOS. Todavia, em local algum do relatório é explicitado o número de docentes desses programas, ou qualquer informação para realizar essa análise e/ou identificação da realidade, movimento que poderia nos levar a identificar a precariedade do trabalho docente nos PPGs, bem como os fatores que corroborariam com questões que envolvem exigências e cobranças internas por produtividade, chegando a assédio profissional. Teria um por que da não socialização desses dados? Obviamente nos causa estranhamento ter detalhes da estratificação de livros, porém, nenhum dado no relatório acerca dos seres humanos, os trabalhadores/professores, o que comprova o descaso, e a concepção do corpo docente como material humano, assim como a precariedade a qual a categoria docente vivencia e os dias tenebrosos e sombrios que enfrentaram na gestão Bolsonaro (2019-2022).

Logo, tal levantamento escancara o caráter maquiavélico/perverso que detém, em especial, a intencionalidade de desestabilizar as Ciências Humanas e Sociais, considerando que

essas são as ciências de maior caráter crítico, historicamente. Neste contexto, a perseguição aos formadores de opinião, abertamente ocorridas na Ditadura Militar, é retomada de modo velado com o intuito de destruir e erradicar, nas IES brasileiras, as formações críticas e reflexivas.

Como exemplificação concreta, na Portaria CAPES n.º 59/2017, o peso dos livros e capítulos eram equivalentes aos artigos a serem publicados nas pós-graduações *stricto sensu*, porém, exatamente no meio do curso do quadriênio, 2 anos antes de fechar o ciclo 2017-2020, tal configuração foi desfeita e essa equiparação invalidada. A referida mudança acontece, como dito, em plena pandemia, momento no qual as editoras já estavam vivenciando a paralisação do ensino presencial, fator que automaticamente impactou nos rendimentos destas e, sem escrúpulo algum, sobrepôs-se sobre elas a carga de outras publicações, em especial dos *E-BOOKS*, com editoriais de qualidade que ainda representavam um meio de reverter as perdas da pandemia. Mesmo assim, a equiparação de livros a artigos foi desfeita e os editores foram jogados na perspectiva de falência, contribuindo para mais desemprego.

O contexto avaliativo da CAPES, via aporte da Plataforma Sucupira, está vivenciando o pior momento de sua história desde o Parecer 977/65 que regulamentou a pós-graduação no Brasil. A preocupação emergente não representa exagero, pois, nem no auge do AI-5, tantas intervenções, turbulências e desestruturações ocorreram na CAPES.

Um dos fatos ilógicos e jamais pensados numa estrutura reguladora e avaliativa, estruturada em registros técnicos, trata-se da exclusão da validade do Qualis de 2018 que invalida as classificações dos periódicos e as produções científicas desse período, pois deveriam os programas pautarem-se no meio da avaliação quadrienal no Qualis de 2019, publicado em 2020, exigência feita sem qualquer explicação, para a qual usaram apenas a comunicação de tal ato. Ocasinou, portanto, a exclusão e invalidação de produções de artigos que já constavam no *Lattes* dos professores, uma vez que vários periódicos com Qualis A passaram

para B, até mesmo C, produções que para a atual avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (2017-2020) ficaram prejudicadas.

De acordo com a tabulação do Quadro 2, indo para análise no âmbito quantitativo, como visto, o número de periódicos com Qualis A (exigidos aos programas de pós-graduação *stricto sensu* como produções mínimas para continuarem ativos) são insuficientes, isto é, não existem periódicos para publicação mínima para todos os docentes e discentes da pós-graduação brasileira, ou seja, não é uma questão de interpretação, mas, sim, de lógica aritmética. Logo, ao passo que a CAPES engessa possibilidades e faz exigências impossíveis de execução, o alerta crítico é acionado, e a indagação emerge: “Por que cobrar tantos critérios inexecutáveis???”

Capítulo IV

LIVES - AVALIAÇÃO QUADRIENAL

Assim, a partir dos dados já levantados nas etapas anteriores, com base no sistema de avaliação da CAPES, no presente estágio pós-doutoral, ponderamos sobre a importância de realizar um mapeamento das *LIVES*, indexadas no Canal do *Youtube*, acerca do desmonte da pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que durante a Pandemia e o isolamento social, este foi um dos instrumentos que possibilitaram as comunicações entre docentes, comunidade universitária e sociedade.

Nossa busca pautou-se na análise das *LIVES* publicizadas na plataforma *Youtube*:

A) Uso da plataforma *Youtube*, visto que é aberta e recebe indexações de transmissões;

B) Descritores utilizados: AVALIAÇÃO QUADRIENAL, CAPES e SISTEMA DE AVALIAÇÃO.

C) *Lives* encontradas: 246 (foram assistidas em seus 10 minutos iniciais);

D) Posteriormente à parte de filtragem do item C, foram selecionadas 41 *LIVES*, as quais foram assistidas em sua integralidade.

A partir do acompanhamento das *LIVES*, formulamos a tabulação abaixo, na qual pontuamos data de ocorrência, temática, instituição ou agente realizador, e *link* de acesso. Após a tabulação partimos para a análise e identificações possibilitadas e agregadas, depois de assistir a todas em sua íntegra.

Quadro 5. *Lives*³ - Avaliação Quadrienal, Capes e Sistema de Avaliação (2020-2021)

Nº	DATA	TEMA	REALIZAÇÃO	LINK
1	18 de out. de 2021	Educação - Avaliação Quadrienal (2017-2020) e a atuação da Capes - 18/10/2021	Câmara dos Deputados	https://www.youtube.com/watch?v=M9HNnBgsgwA
2	2 de set. de 2021	Pep- <i>Stricto</i> - Sistema De Avaliação da Capes Para a Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> - ETAPA 1	UNEMAT	https://www.youtube.com/watch?v=aaWTRasogEM
3	10 de set. de 2020	O novo modelo de avaliação da CAPES	UNESP	https://www.youtube.com/watch?v=TyNrLiInHU
4	16 de jul. de 2020	Novo Modelo de Avaliação Multidimensional da CAPES 2020	Pró-Reitoria de Pós-Graduação - USP	https://www.youtube.com/watch?v=I2ld3ZVsGtM
5	11 de nov. de 2020	Autoavaliação e Regulação do Sistema CAPES de Pós-Graduação	PPGED-UFPA - Programa de Pós-Graduação em Educação	https://www.youtube.com/watch?v=ccg_kHEJ9EM
6	6 de out. de 2020	Avaliação da pós graduação brasileira principais mudanças	PPGCI-Unesp	https://www.youtube.com/watch?v=W4OAc1Hc6qY
7	29 de set. de 2020	Avaliação da pós-graduação no quadriênio 2017-2020 como	UNESP FEG	https://www.youtube.com/watch?v=HMMoSLsbXVw

³ Observação: O acompanhamento de filtragem e posterior análise integral das *LIVES* ocorreu entre 10 de outubro de 2021 e 27 de outubro de 2021.

		transição para a avaliação multidimensional		
8	12 de mar. de 2021	#AvaliaçãoQuadrienal: Módulo Destaques é a novidade do quadriênio 2017-2020	CAPES Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=_CT_iIj-p4
9	18 de out. de 2021	Educação - Avaliação Quadrienal (2017-2020) e a atuação da Capes - 18/10/2021	Associação Nacional de Pós-Graduandos ANPG	https://www.youtube.com/watch?v=id dz1AQEhz0
10	29 de out. de 2020	29/10/2020 - LIVE - "Diretrizes de Avaliação da Pós-graduação"	Pró-Reitoria de Pós-Graduação - USP	https://www.youtube.com/watch?v=75 keB_hDE7c
11	23 de out. de 2020	Avaliação quadrienal CAPES 2020	PPGPE UFFS	https://www.youtube.com/watch?v=b MrfCCQP2qE
12	17 de ago. de 2021	Abertura do Semestre PPGFIL - 2021.2 - Rumo à próxima avaliação quadrienal: pilares da pós graduação	Universidade Católica de Pernambuco	https://www.youtube.com/watch?v=A udjDvmRIAM
13	27 de set. de 2021	Avaliação Multidimensional - Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	PUC Goiás	https://www.youtube.com/watch?v=79 8PGAN0qmk
14	29 de out. de 2020	Perspectivas da avaliação quadrienal CAPES - Fórum Nacional de Coordenadores de PPG em A&N	Instituto de Nutrição UERJ	https://www.youtube.com/watch?v=D sLzsZ4DxHk
15	3 de dez. de 2020	Os novos paradigmas da avaliação da pós-graduação: perspectivas atuais	UFG Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=p C9S9oEQgik

16	2 de dez. de 2020	Alterações no módulo Coleta - Plataforma Sucupira	UFG Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=ReUM7iklAw&list=PLTtVU0kdT_nI2EfdvCw3PRmKJoA34tmEA&index=5
17	19 de jul. de 2021	Rumo À Próxima Avaliação Quadrienal: Pilares da Pós-Graduação	Unifesp - Universidade Federal de São Paulo	https://www.youtube.com/watch?v=dZpnqIYl2mk
18	18 de nov. de 2020	Aula Inaugural PPGEE UFSM - 2º semestre de 2020 – “A nova avaliação da CAPES”	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica - UFSM	https://www.youtube.com/watch?v=bplm86qI1qg
19	11 de nov. de 2020	Palestra - Avaliação Multidimensional da Pós-Graduação Brasileira: expectativas e perspectivas	IF Goiano	https://www.youtube.com/watch?v=w30GRMRcEho
20	30 de jun. de 2021	LIVE ANPEd 30/06: “Avaliação Multidimensional e a valorização da pós-graduação em Educação”	ANPEd Nacional	https://www.youtube.com/watch?v=HGBJQZo7Tzk
21	24 de mar. de 2021	Painel: Avaliação Sistêmica: Metodologia, Prática e Relevância para o Empreendedorismo Universitário	<i>Triple Helix The Chapter Brazil</i>	https://www.youtube.com/watch?v=EMcgTPck6Hk
22	25 de out. de 2021	Avaliação em Debate. Um balanço do atual sistema avaliativo e os dilemas da pós-graduação no Brasil.	LUPPA	https://www.youtube.com/watch?v=Zx3lAfGg9mk

23	18 de dez. de 2020	Mesa 6: Política Nacional de Avaliação e os Desafios à Pós-graduação em Educação	UFPA PPGEDUC	https://www.youtube.com/watch?v=ueN6-Zrh-gs
24	16 de nov. de 2020	Palestra "Desafios da Avaliação do SNPG e a Gestão da Informação na Plataforma SUCUPIRA"	Universidade Federal de Catalão - UFCAT	https://www.youtube.com/watch?v=bDjdMcdG3sM
25	12 de ago. de 2020	LIVE ANPEd 12.08 - Avaliação dos PPGs e a área das Humanidades em tempos de Pandemia	ANPEd Nacional	https://www.youtube.com/watch?v=8Bu8Lw2Gjz8
26	26 de mar. de 2021	Anped Norte SESSÃO 10: POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPO DE CRISES	UFToficial	https://www.youtube.com/watch?v=T9DuQv-VCWQ
27	21 de abr. de 2021	Palestra: Novas diretrizes para a Avaliação Quadrienal, de 07/04/2021.	PPGAC UNIRIO	https://www.youtube.com/watch?v=e2NGTfICGEc
28	24 de set. de 2021	História em Pauta: Crise na CAPES: Conversa com a coordenação da área de História	Associação Nacional de História - Anpuh Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=vNsYV9zh3HI
29	14 de jul. de 2020	Webinar Diálogos da Ininga #02 - NOVAS REGRAS DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	Ciência Política	https://www.youtube.com/watch?v=QmTQn9Jgy6Q

30	12 de ago. de 2021	Movimentos a partir da Avaliação Quadrienal	Seminários PPGEducMat-UFMS	https://www.youtube.com/watch?v=DcrB9n2WHPg
31	9 de ago. de 2021	Aula Magna Pós-Graduação - Avaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	Unilab Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=K8U-8FFDAD4
32	6 de abr. de 2021	Abertura e Palestra com Prof. Dr. Flávio Anastácio de O. Camargo (Diretor de Avaliação da CAPES)	Biblioteca EESC/USP	https://www.youtube.com/watch?v=-IcFhgh4h_Y
33	13 de out. de 2021	ENANPEGE - MESA REDONDA 18: O BRASIL QUE FALA À CIÊNCIA: QUAL O FUTURO DA PÓS-GRADUAÇÃO?	ANPEGE	https://www.youtube.com/watch?v=qaqCPeCfXUI
34	3 de mai. de 2021	Aula Inaugural do PPE/UEM 2021 - Prof. Dr. Robert Verhine	UEM Programa de Pós-Graduação em Educação	https://www.youtube.com/watch?v=t74oVOMYUNw
35	12 de mar. de 2021	I CONBRASPE - Panorama Atual e Perspectivas da Avaliação da Pós-Graduação no Brasil	Ypuarana Cultural	https://www.youtube.com/watch?v=grN7hqJpkgY
36	2 de fev. de 2021	Abertura Planejamento Acadêmico-Pedagógico PROPESQ - O Novo Sistema de Avaliação da CAPES	PUC-Campinas	https://www.youtube.com/watch?v=RLA2KNAbd3E

37	21 de out. de 2021	Palestra: Perspectiva para a pós-graduação no próximo quadriênio (2021-2024)	UFJ	https://www.youtube.com/watch?v=o6YKcl7jCLU
38	11 de ago. de 2021	A Pós-Graduação no Brasil e na Unesp Fórum de PG da Unesp 2021: caminhos para a excelência	Unesp Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=LHbMrgvX6Jw
39	6 de abr. de 2021	Seminário Coleta UFFS - Avaliação Quadrienal - O que podemos esperar da avaliação quadrienal da CAPES	PRACTICE UFFS <i>LIVES</i>	https://www.youtube.com/watch?v=_mGfDBpj8jM
40	7 de dez. de 2020	Desafios da Avaliação Quadrienal 2017-2020	UNIFAL-MG	https://www.youtube.com/watch?v=SEIMhdzkD0I
41	16 de nov. de 2020	Seminário Permanente de Avaliação da Pós-Graduação da UFPel [<i>LIVE</i>]	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	https://www.youtube.com/watch?v=nxhHEMWgfUY

Fonte: O autor.

O objetivo principal da CAPES em sua última avaliação quadrienal foi a desagregação, decomposição, desintegração, desmembramento, isto é, o desmonte dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que critérios determinados são impossíveis de execução. Devemos acionar o alerta crítico e perguntar novamente: Por que cobrar tanto sem oferecer as devidas condições, uma vez que as verbas foram de fato cortadas??? Com base no exposto, seria possível entender que com o espírito elitista perverso com que a CAPES se revestiu na atualidade, poderia ser sua intenção e propósito fechar as Pós-Graduações de regiões consideradas menos desenvolvidas e concentrar esses cursos no sul e sudeste, regiões tidas como desenvolvidas?

4.1 LIVES - Adoecimento Docente

A pandemia decorrente da COVID-19, no final de 2019, assolava a Ásia e a Europa, mesmo assim, o governo Bolsonaro não tomou as providências de saúde sanitárias e preventivas, permitindo a realização das festividades carnavalescas de 2020, ainda que autoridades políticas e governamentais explicitassem a necessidades de medidas de políticas públicas emergentes e necessárias. Logo, após o Carnaval e a não possibilidade de esconder a eminência da crise sanitária que o mundo passava, eclodiu, em meados de março, o medo da população com a morte batendo à porta das famílias brasileiras. Assim, os espaços escolares com a urgência que o momento exigia foram transferidos para o mundo digital, onde os professores foram pegos de surpresa.

Contexto no qual, do dia para a noite, o conceito de professor tradicional de sala de aula foi abruptamente elevado a “*Youtuber e/ou Digital Influencer*”. As exigências extrapolaram (e ainda extrapolam) a realidade e as possibilidades da categoria docente. Assim, por meio do estudo *Adoecimento dos docentes de pós-graduação stricto sensu: um estudo de caso - as influências da mercantilização do ensino superior neste adoecer*, interpretamos e analisamos o início do

processo coletivo de angústia no levantamento final da pesquisa. Todavia, por falta estrutural e negação da realidade por parte do Governo Federal, os professores afundaram em quadros de adoecimentos decorrentes da função profissional que, associada à sequelas pós-covid, e ao luto por entes queridos, conformou um contexto inóspito para ser e estar professor.

A partir dos dados levantados demos continuidade ao mapeamento das *LIVES*, indexadas no Canal do *Youtube*, que tratavam acerca da relação adoecimento do professor/a e pandemia da COVID-19. Sendo que para a busca nos pautamos no curso de análise seguinte:

A) Uso da plataforma *Youtube*, visto que esta é aberta e recebe indexações de transmissões;

B) Utilizamos o descritor: adoecimento professor/docente na pandemia de COVID-19;

C) Foram encontradas 135 *LIVES*, assistidas em seus 10 minutos iniciais;

D) Posteriormente à parte de filtragem do item C, foram selecionadas 58 *LIVES* as quais foram assistidas em sua integralidade.

A partir do acompanhamento das *LIVES*, executamos a tabulação abaixo na qual pontuamos a data de ocorrência, temática, instituição ou agente realizador, e *link* de acesso. Na sequência explicitaremos a análise e identificações possibilitadas e agregadas após assistir todas as *lives* em sua íntegra.

Quadro 6. Lives⁴ - Adoecimento do(a) professor(a) – (2020-201)

Nº	DATA	TEMA	REALIZAÇÃO	LINK
1	16 dez. 2020	Adoecimento do professor e suas bases psicossomáticas	JALEKO EDUCAÇÃO	https://www.youtube.com/watch?v=l2nognvQmdE
2	28 ago. 2020	Veja como está a saúde mental dos Professores em tempos de pandemia	ALESP	https://www.youtube.com/watch?v=-9bbhqBelAI
3	8 abr. 2021	A saúde emocional do professor em tempos de pandemia	The Best Professor- Profa. Simone Ávila	https://www.youtube.com/watch?v=FV9OSJToxLA
4	10 jul. 2020	LIVE Discussões sobre a saúde mental de professores em tempos de pandemia	Escutatória	https://www.youtube.com/watch?v=IIDxUIRTakM
5	19 de ago. de 2020	Oficina de Trabalho com Docentes - Prazer, Sofrimento e Adoecimento no Trabalho Docente.	Mestrado Ensino em Saúde - UEMS	https://www.youtube.com/watch?v=Ez7TJmJ2rW0
6	13 de ago. de 2020	Professores na pandemia: quais os cuidados para a saúde emocional?	NOVA ESCOLA	https://www.youtube.com/watch?v=y8Ho318I040
7	19 de abr. de 2021	Crise e Pandemia: Transformações no Trabalho e Desafios Profissionais	TVPUC	https://www.youtube.com/watch?v=cgfcPrfxwzc
8	11 de dez. de 2020	Como cuidar da saúde mental do professor?	Professora Coruja	https://www.youtube.com/watch?v=GFREP6IMZTo
9	1 de out. de 2021	LIVE 1237 Como anda a saúde mental do professor?	Construir Caminhos	https://www.youtube.com/watch?v=j6eXJwrM1ls

⁴ Observação: O acompanhamento de filtragem e posterior análise integral das LIVES ocorrem entre 10 de setembro de 2021 e 07 de outubro de 2021.

10	3 de mar. de 2021	Aspectos da saúde dos profissionais da educação infantil no enfrentamento da pandemia	Fórum de Educação Infantil do Paraná - FEIPAR	https://www.youtube.com/watch?v=0_QuBZCstDI
11	8 de set. de 2020	CONVIVÊNCIA NA ESCOLA: O ACOLHER PARA NÃO ADOECER	Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco	https://www.youtube.com/watch?v=WomgLgc8Umg
12	20 de mai. de 2020	Trabalho Docente em Tempos de Pandemia: entre ataques e desvalorização	ANPEd Nacional	https://www.youtube.com/watch?v=nB-ZvBP70vI
13	3 de jun. de 2020	Saúde Mental dos Professores em Tempos de Pandemia	Psicopedagogia Unicesumar	https://www.youtube.com/watch?v=mtYyHgKY9ww
14	29 de mai. de 2020	Estudos em saúde docente e voz. O que adoce o professor?	TV UFBA	https://www.youtube.com/watch?v=IBGaM4zv0Ew
15	13 de out. de 2020	Semana PROFS - Saúde Mental e Emocional dos professores em quarentena	PROFS Educação	https://www.youtube.com/watch?v=UYyh3asFhy4
16	10 de ago. de 2020	Palestra: Saúde mental do(a) professor(a) e técnico-administrativo(a) em tempos de Covid 19	ICB - UFG	https://www.youtube.com/watch?v=Fqz3Nc3jtjQ
17	17 de ago. de 2020	O mundo do trabalho docente e o esgotamento psíquico	Trocando Ideias Formação de Professores	https://www.youtube.com/watch?v=OmKdXj6-ml
18	19 de fev. de 2021	A vez da escuta do professor/ Saúde Mental do Educador em tempos de pandemia	SMEDPOA5 GESTAO PEDAGOGICA	https://www.youtube.com/watch?v=ZMFWTuDID78
19	7 de out. de 2021	QUANDO O TRABALHO ADOECE	AESPETV AESPETV	https://www.youtube.com/watch?v=xKr07WgsjLU

20	22 de mai. de 2020	PALESTRA: Saúde Mental E Bem Estar do Professor	Faculdade Cearense	https://www.youtube.com/watch?v=7tuAx2nSJLg
21	18 de ago. de 2020	DESGASTE MENTAL DO PROFESSOR EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO	ADunicamp - Seção Sindical	https://www.youtube.com/watch?v=qVPLcOnXMeU
22	7 de jul. de 2021	Fadiga pandêmica e adoecimento docente	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA CASA DO EDUCADOR	https://www.youtube.com/watch?v=9yk-ZZIPPs4
23	23 de mar. de 2021	EDUCAÇÃO EM DEBATE – A intensificação, precarização do trabalho e o adoecimento docente	PPGE Unimontes	https://www.youtube.com/watch?v=A_d6_8ezvLQ
24	6 de abr. de 2021	SOFRIMENTO PSÍQUICO À DEISTENCIA DO ENSINAR: ANÁLISE DRAMÁTICA DE ADOECIMENTO DOCENTE	SINSEP SINDICATO	https://www.youtube.com/watch?v=dNFo8g9de1Q
25	24 de jun. de 2020	Formação, prática, adoecimento docente: o que a psicologia tem a ver com isso?	Conselho Regional de Psicologia Rio de Janeiro	https://www.youtube.com/watch?v=t7N7c_b03V8
26	4 de ago. de 2020	LIVE com Ricardo Antunes - A precarização do trabalho docente em tempos de pandemia	Adufal TV	https://www.youtube.com/watch?v=amUDLObTyIY
27	21 de mai. de 2020	LIVE APUBH #3 - SOFRIMENTO, ADOECIMENTO E TRABALHO DOCENTE: EM BUSCA DO CUIDADO	Apubh	https://www.youtube.com/watch?v=nDU9eOq0CQg
28	22 de jul. de 2020	Adoecimento docente no contexto do trabalho e ensino remotos	Adusb	https://www.youtube.com/watch?v=E25oXkJfp44

29	25 de nov. de 2020	Bem/Mal-estar docente	Pensar a Educação Pensar o Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=T1XoH4CZhLM
30	21 de out. de 2020	TRABALHO REMOTO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	Curso de Serviço Social - Unimontes	https://www.youtube.com/watch?v=yX6Dv4POsHg
31	28 de set. de 2020	Sofrimento docente: um "antigo" normal?	Apubh	https://www.youtube.com/watch?v=A1JFb2WnXgw
32	10 de nov. de 2020	Selma Venco Uberização do trabalho docente e precarização da educação Prelúdio #5	Universidade à Esquerda	https://www.youtube.com/watch?v=PX-34c1D5CY
33	30 de jun. de 2021	Palestra "A saúde mental dos professores em tempo de pandemia"	UNESP ASSIS	https://www.youtube.com/watch?v=SrXBjh2hgKU
34	22 de jul. de 2020	Ensino remoto e Precarização do trabalho docente - Lappe/UFRN	Laboratório de Políticas Públicas Educacionais	https://www.youtube.com/watch?v=15BHwiMURdK
35	31 de jul. de 2020	Saúde mental e trabalho docente durante a pandemia	Aduems Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=s-8RcDJJ3p8
36	19 de out. de 2020	Quais os caminhos têm sido traçados pelo DAST em relação à saúde docente? - LIVE NADi/APUBH #4	Apubh	https://www.youtube.com/watch?v=gxNOSun4F24
37	3 de set. de 2021	TRABALHO DOCENTE E SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19)	NEPI UEFS	https://www.youtube.com/watch?v=AdjZ39dkphQ
38	19 de jun. de 2020	DEBATE Sofrimento docente diante da COVID-19 e da violência política	SESUNILA Seção Sindical do ANDES na UNILA	https://www.youtube.com/watch?v=8LHlyxyRyUY
39	29 de set. de 2020	6ª LIVE: A saúde psicoemocional de docentes e estudantes no cenário de pandemia da COVID-19	SEMED DOURADOS MS	https://www.youtube.com/watch?v=5TODQo5bJw0

40	8 de out. de 2020	<i>LIVE</i> - "Qualidade de vida no trabalho docente em tempos de Covid-19"	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo	https://www.youtube.com/watch?v=5UqWjIpxLoI
41	31 de jul. de 2020	Impactos Do Teletrabalho Nas Atividades Docentes E Na Saúde De Professores E Professoras	TV Olhos D'Água - TV Uefs	https://www.youtube.com/watch?v=wII-tsaDvAE
42	10 de jul. de 2020	Trabalho e ensino remoto e a saúde mental dos/as docentes	APROFURG	https://www.youtube.com/watch?v=7rHuf0j1dR8
43	27 de jan. de 2021	Palestra: Saúde Emocional Docente em tempos de Pandemia	Vinícius Fagundes	https://www.youtube.com/watch?v=7Ds3KQ-Y6Y8
44	13 de jul. de 2020	A precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal	Aduems Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=whSS7IgnB9U
45	29 de set. de 2020	OS Principais Transtornos Psicológicos Desencadeados na Saúde dos Docentes do Ensino Superior-	Unemat - Barra do Bugres	https://www.youtube.com/watch?v=Rpca8VV3PnE
46	8 de jul. de 2020	A condição docente na pandemia: supressão de direitos e desgaste emocional	Coordenação Pedagogia CAFS	https://www.youtube.com/watch?v=8jhyIJFTdA
47	2 de jul. de 2021	Palestra Profa. Mara Rita - GEDIFE/UNILAB - Adoecimento e Trabalho Docente em tempos de pandemia Síndrome de Burnout	ForBio-UNILAB	https://www.youtube.com/watch?v=Pyg0CGgbzVk
48	10 de jun. de 2020	<i>LIVE</i> "Precarização do trabalho docente no ensino remoto."	Adufmat SSind	https://www.youtube.com/watch?v=67D1y_XKgTA
49	14 de dez. de 2020	COVID-19 e impactos na docência - <i>LIVE</i> NADi/APUBH #7	Apubh	https://www.youtube.com/watch?v=EB8vkBrBDMM

50	18 de jun. de 2021	Mesa Temática: Saúde Mental De Docentes E Discentes Em Tempos De Pandemia	GEPIFHRI	https://www.youtube.com/watch?v=0cB-BXhfIsA
51	24 de set. de 2021	Palestra: Síndrome Burnout e a Autoeficácia: Um caminho para a saúde emocional docente	IFPA Abaetetuba Oficial	https://www.youtube.com/watch?v=do2cszjlyM
52	13 de nov. de 2020	Palestra: "Trabalho docente, ansiedade e pandemia" - Ma. Juliana Maria Vieira Tenório	PPGL-UERN	https://www.youtube.com/watch?v=cbJZ9HJQVjA
53	22 de jul. de 2020	A saúde emocional do professor em tempos de pandemia Márcia Fraga	Diálogos em Educação	https://www.youtube.com/watch?v=hOND8Wv_asI
54	17 de set. de 2021	Ensino Superior no contexto da Covid-19: relações e condições do trabalho docente	Red Estrado	https://www.youtube.com/watch?v=FxVa2s4lceM
55	17 de mai. de 2021	A.dor.é.Ser: a Invisibilidade do professor no contexto da alta performance na pandemia	Saberes e Letras	https://www.youtube.com/watch?v=6SqUg3n3eM4
56	14 de set. de 2021	Mesa: o problema do magistério Por que os professores adoecem tanto?	TV Diálogos do Sul	https://www.youtube.com/watch?v=YY8c9crJ5K0
57	6 de abr. de 2021	LIVE: SEMED Palmares - Tema: A Saúde Mental do Corpo Docente.	Secretaria de Educação dos Palmares-PE	https://www.youtube.com/watch?v=ppoR-SxLMM0
58	22 de set. de 2021	3ª Jornada Pedagógica - COREMU - Saúde Mental dos Docentes - Alexandre Castelo Branco	COREMU SES	https://www.youtube.com/watch?v=EGY65AJP6wg

Fonte: O autor.

A desvalorização dos professores/as, desqualificação e condições precárias de trabalho fazem parte da história brasileira desde a nossa colonização. Desde o neoliberalismo e a globalização, irmãos siameses, segue escancarada a prática perversa do terrível tratamento dispensado aos professores pela maioria dos nossos governantes nas gestões municipais, estaduais e federais, potencializados nesses últimos 6 anos, após o golpe de 2016. O desmonte da educação, visto em todos os seus níveis, é que têm levado ao adoecimento desses profissionais, aliado ao desrespeito às nossas crianças, adolescentes e jovens, cujo valor per capita da merenda escolar não é reajustado pelos mesmos 6 anos. Durante a Pandemia os governantes não providenciaram acesso à *internet* aos alunos das instituições públicas, o que resulta na ausência de um projeto de nação e soberania. Essa ausência e subserviência da classe dominante brasileira que tem se curvado a seus aliados ocidentais “no sistema dominado pelos EUA como “globalização”, é simplesmente uma forma financeira de colonialismo – sustentada pela usual ameaça de força militar e “mudanças de regime” clandestinas” [por esses mesmos aliados]” – (MUNDO, 2022).

Considerações Finais

Antes de adentrar às considerações de forma propriamente dita é pertinente apontar que o *e-book* em voga foi estruturado em 4 capítulos. No primeiro capítulo “Desmonte estrutural do MEC” apresentamos o negacionismo da gestão Bolsonaro frente à presidência da república, cabendo destaque para a dança das cadeiras nos principais cargos do MEC, inclusive a alta rotatividade, até mesmo no cargo máximo de ministro da educação. Dentre as estruturadas desconstruções da nação por meio de programas segregadores e de interesse do capital internacional, cabe destacar o “Future-se” como exemplo significativo de proposta de aparelhamento e terceirização da educação no governo em questão.

No segundo capítulo “Escola Sem Partido: movimento e projeto de sociedade”, destacamos o uso velado e decodificado da terminologia “escola” como plataforma para implementação do neofascismo. O capítulo em questão evidenciou o desmonte estruturado e implementado a partir do Golpe Civil de 2016. Logo, esta etapa da pesquisa mostrou a desconstrução organizada para destruir o estado democrático, estabelecido após a redemocratização de nossa nação.

Já no terceiro capítulo, “MEC em atuação de desconstrução da Educação”, apontamos os atos descomunais realizados nos últimos 4 anos, apresentando fatos e comprovações do aparelhamento do desmonte via MEC. Assim, ficou nítido que o ministério que deveria ser técnico e exclusivo para o trato formativo e continuado da população, foi deturpado na intencionalidade de doutrinar com conceitos neofacistas a população.

E o quarto e último capítulo, não menos importante, mostrou as tabulações dos dados levantados por meio das *LIVES*. Tabulação feita no período crítico da pandemia de COVID-19, que demonstrou como a área da educação se ressignificou, embora

passasse por tamanhas perseguições, conseguindo ter vez e voz perante a nação brasileira. Fator determinante para informar e possibilitar à população tomar partido ocorrido no período mais crítico de desinformação, isto é, no auge da pandemia quando a avalanche de *fake news* sobreveio (período eleitoral de 2022).

Neste cenário se faz imprescindível refletir sobre a intencionalidade da atual gestão do Ministério da Educação em desestruturar e extinguir uma parcela dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, pois, ao criar critérios inexecutáveis, tornaria certo o fechamento de muitos programas em questão de tempo.

Outro ponto de destaque é a ilógica argumentação do MEC e sua estrutura coercitiva de avaliação dissonante da realidade histórica nos anos de 2020/2021 que representaram anos delicados, complexos e sombrios; anos que deveriam nortear uma avaliação flexibilizada, dada as condições excepcionais da Pandemia. Contudo, como visto, os responsáveis pela elaboração dos critérios impuseram e construíram mais amarras no processo avaliativo do quadriênio, praticamente impossíveis de execução para todos os programas num mesmo espaço de tempo, quando deveriam (os elaboradores dos critérios) aumentar o período de produções e validar como produção, por exemplo, as produções dos últimos dez anos, considerando a dificuldade e impossibilidade da execução de projetos, ações e pesquisas no auge do isolamento social que durou cerca 2 anos.

Para pulsionar a área da Educação com a pulsão de morte de eliminação da sua existência, ou seja, forma negativa de construção de relações na própria área do conhecimento, parcela significativa dos coordenadores de programas de pós-graduação e gestores de fomentos de incentivo à pesquisa, em suas candidaturas como representantes da área, esses seres políticos propagam bandeiras em defesa da categoria docente e de enfrentamento ao caráter punitivo das avaliações da CAPES. Contudo, quando eles chegam ao poder, em sua maioria, como em passe de mágica, passam a ser coniventes e até mesmo agentes participativos na construção de normas e critérios perversos acerca das regulamentações,

avaliações e credenciamentos das pós-graduações. É pertinente lembrar para mais refletir a celebre afirmação de Simone de Beauvoir “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (BEAUVOIR, 1967).

Outra questão que causa espanto está nas intervenções judiciais como o Processo 23038.011015/2021-12 que suspendeu as atividades da Avaliação Quadrienal, contribuindo para a insegurança, desesperança e adoecimento dos profissionais da educação.

Assim, no contexto destacado, observa-se que enquanto dura a pandemia as ações realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC e entidades vinculadas, até agora, otimizam a operação para desconstruir os espaços onde ocorrem as críticas e enfrentamento à gestão Bolsonaro.

Necessário se faz destacar que a proposta do “Escola Sem Partido” nada mais é que a propagação do neofascismo que visa estancar as conquistas de direitos dos trabalhadores conquistados nos 13 anos do Governo Lula/Dilma, pois foram atacados e desconstruídos. Essa realidade é interpretada por Leher (2019) em seus apontamentos nos quais mostra que não existe um projeto econômico de constituição da soberania nacional. O que se constata a partir do Golpe Civil, Militar e Financeiro de 2016, é o neoliberalismo exercendo no Brasil um processo de colonização via sistema financeiro nacional e internacional.

Movimento que ocorre no campo educacional, pois constitui-se em um dos primeiros espaços a serem atingidos pelos tentáculos neofacistas do Governo Bolsonaro. O ensino superior público e os PPGs têm sido alvos diretos com o fechamento dos espaços de diálogo, onde as imposições e cortes constantes de recursos se tornaram triviais, constituindo uma das estratégias para amedrontar e coagir as instituições para que atendam as determinações do MEC que foram explicitadas no Programa Future-se. Cabe destacar os programas da área da educação, onde, como apontado nesta pesquisa, em 2017, foram iniciadas uma série de mudanças estruturais. Estrategicamente no meio do curso das ações dos PPGs,

com única e exclusiva intenção de destruir os programas, em especial, aqueles das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os dados publicados em 19 de dezembro do presente ano (2022) comprovam tal fato, visto a impossibilidade de executar as exigências deliberadas nos cadernos orientadores da avaliação quadrienal. Por exemplo, professores dos PPGs das regiões Sul e Sudeste detém maior visibilidade e acesso aos recursos e incentivos para pesquisa, contexto que comprova a intenção de destruição dos PPGs em educação, visto que estes dialogam com pesquisas sobre o estado da arte e mapeiam questões históricas e as tensões de segregação de uma categoria para com a outra.

Outro ponto que cabe destacar é a tentativa de plagiar a pós-graduação norte-americana, onde existe estrutura física para desenvolvimento científico, grupos de estudos com estágio sedimentados e carga horária compatível com o desenvolvimento das pesquisas no âmbito científico. Na contra mão da realidade, no Brasil, exige-se a produtividade operacionalizada no norte do nosso continente, todavia, sem as mesmas condições, pelo contrário, um cenário de plena precariedade com cargas horárias de trabalho exorbitante. Mesmo para os docentes de dedicação exclusiva as exigências são convertidas em pontuações insanas de produtos, estruturados nos planos perversos de carreira, isto é, são profissionais que se tornam horistas, visto as exigências de altos índices de produção no escopo de ensino, pesquisa e extensão. Agora, além do tripé básico, panoramas de inovação e empreendedorismo são exigidos, as rotinas foram alongadas por inúmeras novas demandas institucionais de relatórios e reuniões, e ser e estar docente nos PPGs, no Brasil, quer no setor público ou privado, constitui-se em desgaste e risco crescentes de adoecimento.

Por fim, as *LIVES* tornaram-se o mecanismo de enfretamento, instrumento mesmo, que durante o auge do isolamento social foi determinante no processo de apresentar os anseios, angústias e fragilidades vivenciadas pelos profissionais da área da Educação, considerando o giro de 360º exigido bruscamente. Como exemplo,

no âmbito dos PPGs, tivemos bancas, orientações, coleta de dados, etc., que foram reconfiguradas de um dia para o outro, literalmente, nos formatos *online* e/ou híbrido, sem formação mínima e orientações básicas.

Destarte, neste *e-book* não podemos deixar de fazer menção honrosa ao querido e eterno Professor José Maria Baldino, que faleceu em meados do presente ano (2022), de COVID, profissional que fez parte da banca de doutorado da minha tese e que sugeriu a continuidade da pesquisa em estágio pós-doutoral, e recebeu orientações desse querido professor. Que as marcas de enfiamentos que Baldino deixou não sejam silenciadas e que com o retorno do estado de direito, vislumbrado no terceiro Governo Lula (2023-2026), sejam retomadas as discussões e reflexões que o nosso digno mestre “Zé” semeou durante toda sua passagem e carreira, isto é, como docente e ser humano ele frisou “que é permanente a luta por justiça social e pela democracia”.

Referências

APUFPR. Por irregularidades, Justiça Federal suspende mudanças nos critérios de avaliação da Capes. 2021. Disponível em: <https://apufpr.org.br/por-irregularidades-justica-federal-suspende-mudancas-nos-criterios-de-avaliacao-da-capes/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Difusão Europeia do Livro, 1967.
BRASIL. Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - FUTURE-SE, e dá outras providências. 2019b. Disponível em: <Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/conteudo/pl_future-se.pdf >. Acesso em: 1º out. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65**.

Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF, 1965.

BRZEZINSKI, Iria. A questão da qualidade: exigência para a formação dos profissionais da educação sob a perspectiva da ANFOPE. **Rev. Fac. de Educação**. São Paulo. v. 22, n. 2, p. 109-130, 1996.

CARTA CAMPINAS. Pesquisadora desvenda o odiojornalismo nos textos da veja e de Arnaldo Jabor, 08 nov. 2014. Disponível em: <<https://cartacampinas.com.br/2014/11/pesquisadora-desvenda-o-odiojornalismo-nos-textos-da-veja-e-de-arnaldo-jabor/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

CASTRO, Augusto. CPI da Covid é criada pelo Senado. Senado Notícias, 13 abr. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAVALCANTE, Sávio Machado. 2021. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. **Calidoscópico**, São Leopoldo, n.19, v.1, p.4-17.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. *Jornal GNN*. 7 jul. 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/economia/uma-nova-classe-trabalhadora-por-marilena-chauai-2/2016>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FERRARI, Murilo. O que é lawfare? Entenda o uso estratégico do sistema judicial. *CNN*, 10 jan. 2023. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-que-e-lawfare-o-uso-estrategico-do-sistema-judicial/>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova Direita, Velhas Ideias. 1ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FRIGOTTO, G. O Ataque à Educação Pública e à Democracia pelas Contrarreformas e o Fundamentalismo Aula Magna Proferida no Curso de Pedagogia. **RevistAleph**, n. 33, p. 13-32, 20 dez. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Org. FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, 144 p.

G1 PARÁ. Veja bíblia com foto de Milton Ribeiro e pastores supostamente envolvidos em escândalos no MEC. 28 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/28/veja-biblia-foto-de-milton-ribeiro-e-pastores-escandalo-no-mec.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GASPAR, Malu. O sabotador: Como Bolsonaro agiu, nos bastidores e em público, para boicotar a vacina, fev. 2021. Disponível em:< <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sabotador/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRISA, Gregório. Como foi o desempenho do governo Bolsonaro na Educação? 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://gregoriogrisa.com.br/como-foi-o-desempenho-do-governo-bolsonaro-na-educacao/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GUACIAREMA, J. Pós-Graduação em ciências sociais na América Latina. **Rer. Bras. de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 265-280, 1972.

JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: Org. AKOBSEN, Kjeld A.; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT/Fundação Perseu Abramo, 2000. p.13-18. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mapa_do_trabalho_informal_0.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.

JORNAL GGN. Coronavírus: propagação no Brasil foi intencional, dizem pesquisadores. 21 mar. 2021. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/coronavirus-propagacao-no-brasil-foi-intencional-dizem-pesquisadores/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LEHER, Roberto A. destruição da educação, da ciência e da cultura pelo governo Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-destruicao-da-educacao-da-ciencia-e-da-cultura-pelo-governo-bolsonaro>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MELLO, Gabriela. Kroton faz 1ª aquisição em educação básica, cria holding Saber para ativos do segmento. *Reuters*, 10 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/educacao-kroton-basica-idBRKBN1HH3LG-OBRBS>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MUNDO. Michael Hudson e o fim da civilização ocidental. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/michael-hudson-o-fim-da-civilizacao-ocidental>. Acesso em: 3 dez. 2022.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERIÓDICOS DE MINAS. Entenda mais sobre o Qualis Periódicos. Minas Gerais, [2022]. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/entenda-mais-sobre-o-qualis-periodicos/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Pesquisa. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acessos vários em 2019.

ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins orgs. Cortes no orçamento das universidades federais. EAUFBA: Salvador, 2021. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 15dez. 2021.

SALOMÃO, Arthur. Nova república e classes médias no discurso de Abraham Weintraub: uma análise da ideologia neofacista.

Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 16, 01-25, 2022 Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/download/16063/11361>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SANTOS, Cássio M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Revista Educ. Soc.**, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003.

SEKI, Allan Kenji. O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018). Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021. 556 p.. Disponível em: https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/12/ALLAN_SEKI-EBOOK-1.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2021.

SOUSA, Adriano Casemiro Nogueira Campos de. **Golpe ou impeachment?:** a diferença de enquadramentos entre a "grande mídia" e a Carta Capital sobre a deposição de Dilma Rousseff. 2019. 95 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela eternidade:** o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

TEIXEIRA, Jerônimo. Mais dez perguntas para irritar Bolsonaro. O Globo, 01 mai. 2021. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/>

jeronimo-teixeira/coluna-mais-dez-perguntas-para-irritar-bolsonaro-24995383>. Acesso em: 18 mai. 2021.

VERHINE, Robert E. Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: Uma análise comparativa. **Rev. Educ.**, v. 31, n. 2, p. 166-172, maio/ago. 2008.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Anexos

Os anexos que seguem, documentos comprobatórios das ações e publicações desenvolvidas no percurso do estágio pós-doutoral.

Anexo 1 – Apresentação de ações parciais desenvolvidas no estágio em projeto de extensão UFG;

Anexo 2 – Apresentação dados do estágio na ANPAE;

Anexo 3 – Convite para apresentar no formato de Conferência no IV Seminário Científico do Curso de Pedagogia – PUC-GO;

Anexo 4 – Submissão de Artigo científico em período vinculado a UNITINS;

Anexo 5 – Artigo aprovado em período científico;

Anexo 6 - Submissão de Artigo científico em período vinculado a PUC-GO.

ANEXO 1

CEPAE
CENTRO DE ENSINO E
PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO



CERTIFICADO

Certificamos que Dr. **Aristóteles Mesquita de Lima Netto** como PALESTRANTE da exposição "**Adversidades no Trabalho Educativo do(a) Docente da Educação Infantil: mal-estar e/ou adoecimento**" do projeto de extensão **FÓRUM VIRTUAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO, REFLEXÃO E DEBATE** realizada no dia 26 de julho de 2022, totalizando 4 horas de atividades.

Goiânia, 26 de julho de 2022.

Maria José Pereira de Oliveira Dias

Coordenador(a) da ação

Ribe

Diretor(a) da Unidade

ANEXO 2



Associação Nacional de Política
e Administração da Educação

Diretoria Estadual Goiás

SEMINÁRIO ESTADUAL ANPAE - Goiás
TRANSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCAÇÃO
DEMOCRÁTICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

14 a 15 de junho de 2022

Evento Remoto

CERTIFICADO

Certificamos que ARISTÓTELES MESQUITA DE LIMA NETTO, MARIA ESPERANÇA FERNANDES CARNEIRO apresentou o trabalho TUDO AGORA É PANDÊMIA? E O GOLPE DE 2016? nas Sessões de Comunicação Oral do **SEMINÁRIO ESTADUAL ANPAE – Goiás: TRANSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA - PERSPECTIVAS E DESAFIOS** realizado remotamente pela Anpae/Seção Goiás , nos dias 14 e 15 de junho de 2022.

Goiânia-Goiás, 15 de junho de 2022.

Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira/PUC Goiás
Diretor da Anpae Goiás

Profa. Dra. Marcilene Pelegrine Gomes/UEG
Vice Diretora da Anpae Goiás

Realização: **ANPAE seção Goiás**



ANEXO 3

The screenshot shows an Outlook email client interface. The top bar includes navigation options like 'Página Inicial', 'Exibir', and 'Ajuda'. The email header shows it is from 'Cristina Dutra Mesquita' with a subject line 'CONVITE'. The main body of the email contains the following text:

CONVITE

CM Cristina Dutra Mesquita <mcristinadm@yahoo.com.br>
Para: Aristoteles Mesquita de Lima Netto
Cc: Maria Esperança <esperancacarneiro@outlook.com>
Qua, 29/03/2023 10:58

Bom dia professor

Aristoteles Mesquita de Lima Netto

Desejando-lhe saúde e paz, venho, em nome do colegiado do curso de Pedagogia, convidá-lo para apresentar o resultado de sua pesquisa "Retracemento democrático: degradação das políticas públicas da educação superior e pós-graduação", por ocasião do seu Pós-Doutoramento, **no dia 22 de Junho de 2023**, quando estaremos dando início ao **IV Seminário Científico do Curso de Pedagogia**.

Este evento abre as apresentações dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Pedagogia, e vem se constituindo em um bom momento para incentivarmos nossos/as alunos/as a prosseguirem seus estudos por meio da formação continuada em pós-graduação.

Como são alunos/as de graduação, peço-lhe a gentileza de adequar sua apresentação para nosso alunado, ressaltando que neste dia todos/as os/as alunos/as do curso, independente se são formandos/as, participam como ouvintes.

O evento ocorrerá nos dias 22 e 23 de junho e a abertura **será dia 22**, em horário ainda a ser confirmado. esperamos poder fazer este momento presencial, entretanto é prudente darmos esta certeza mais próximo ao evento.

Contando desde já com seu aceite, apresentamos nossos agradecimentos e cumprimentos, extensivos à sua orientadora, professora Maria Esperança Fernandes Carneiro

Atenciosamente

Profª Drª Mª Cristina Dutra Mesquita
Coordenadora do Curso Pedagogia
Integrante da Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais
PUC-GO - EFPH - PPGE

The bottom of the screenshot shows the Windows taskbar with the system tray displaying '28°C Pred ensolarado', search bar, and system clock '14:13 05/04/2023'.

ANEXO 4

Humanidades & Inovação

Tarefas 0

Português (Brasil) Ver o Site aristoteles

Biblioteca da Submissão Ver metadados

O desinvestimento em educação

ARISTÓTELES NETTO

Submissão Avaliação Edição de Texto Editoração

Arquivos da Submissão

24933-1 aristoteles, ARTIGO REVISTA sem identificação word.docx July 12, 2022 Texto do artigo

Baixar Todos os Arquivos

Discussão da pre-avaliação

Adicionar comentários

Nome	De	Última resposta	Respostas	Fechado
=	jcarvalho	-	0	<input type="checkbox"/>
	2022-07-27 07:49 PM			

https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/\$\$\$call\$\$\$/tab/author-dashboard/author-dashboard-tab/fetch-tab?submissionId=7575&stageld=1

Recibo_2022-08-2...pdf Recibo_2022-08-2...pdf Exibir todos

Digite aqui para pesquisar

31°C Ensolarado POR 15:21 29/08/2022

ANEXO 5

Browser tabs: Email - Aristóteles Mesquita de Lima Netto, MODELO BRASILEIRO BASEADO NO MODELO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Address bar: e-revista.unioeste.br/index.php/educareeteducare/article/view/22348

Page Title: REVISTA DE EDUCAÇÃO

Navigation: PÁGINA INICIAL ATUAL ANTERIORES ANÚNCIOS TEMPLATE AVALIADORES INDEXADORES EQUIPE EDITORIAL SOBRE

Search: Q BUSCAR

Article Info: INÍCIO / ANTERIORES / VOL. 16, N.39 (2021) AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL / Dossiê: AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

MODELO BRASILEIRO BASEADO NO MODELO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Aristóteles Mesquita de Lima Netto
PUC-GO

PDF

DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v16i39.22348>

Palavras-chave: Pós-graduação, Políticas Públicas, Educação, Ditadura militar.

RESUMO

Este artigo é produto do Decreto n.º 977/65 e do contexto histórico em que este documento foi elaborado. Os impactos que o referido decreto e as regulamentações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) competem à sistemática, regulação e avaliação de operacionalização das pós-graduações no Brasil e, conseqüentemente, das pesquisas. O objeto de estudo se manteve no recorte documental da pós-graduação *stricto*

PALAVRAS-CHAVE



IDIOMA

- English
- Español (España)
- Français (Canada)
- Português (Brasil)

INFORMAÇÕES

- Para Leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

Footer: 25°C Nublado, Windows taskbar, 09:15 03/12/2022

ANEXO 6

Revista Educativa - Revista de Educação

Submissões

Fila 1 Arquivos Ajuda

Minhas Submissões Designadas Filtros Nova Submissão

13287	NETTO et al. O desinvestimento em educação: a problemática dos programas de pós-graduação	Submissão Visualizar ▼
-------	---	---

21°C Ensolarado Pesquisar POR PTB2 08:39 05/04/2023



O processo de ensino, pesquisa e extensão compete um movimento dinâmico e continuado desde a real construção do Ensino Superior no Brasil. Todavia, é notório a degradação do ser e estar profissional da educação brasileira em pleno século XXI, é visível um retrocesso no que tange as relações de trabalho, onde professores e colaboradores dos espaços escolares são decodificados em objetos e deixando de ser reconhecidos como humanos, com suas tensões básicas de existência.

